



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ANDRÉ FELIPE DE ALBUQUERQUE ESPÍNOLA**

**A ALTERNÂNCIA DE PODER E OS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DA  
PARAHYBA DO NORTE ENTRE 1840 e 1853**

**GUARABIRA  
2017**

**ANDRÉ FELIPE DE ALBUQUERQUE ESPÍNOLA**

**A ALTERNÂNCIA DE PODER E OS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DA  
PARAHYBA DO NORTE ENTRE 1840 e 1853**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, Guarabira, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciatura plena em História.

**Orientador:** Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino

**GUARABIRA  
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

A345a Espinola, André Felipe de Albuquerque.  
A alternância de poder e os presidentes da Província da Parahyba do Norte entre 1840-1853 [manuscrito] / Andre Felipe de Albuquerque Espinola. - 2017  
58 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino, Departamento de História - CH."

1. Parahyba do Norte. 2. Cultura Política. 3. Paraíba Imperial. 4. Elite Política. 5. Alternância de Poder.

21. ed. CDD 981.33

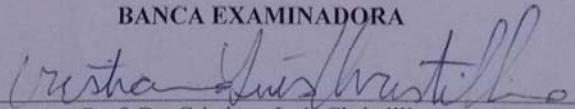
ANDRÉ FELIPE DE ALBUQUERQUE ESPÍNOLA

A ALTERNÂNCIA DE PODER E OS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DA  
PARAHYBA DO NORTE ENTRE 1840 e 1853

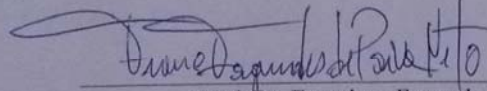
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Programa de Graduação em História da  
Universidade Estadual da Paraíba, Campus III,  
Guarabira, em cumprimento às exigências para  
obtenção do grau de Licenciatura plena em  
História.

Aprovada em 13/11/2017

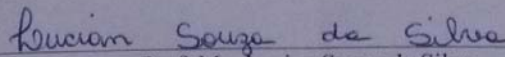
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Lucian Souza da Silva  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



## AGRADECIMENTOS

A seção de agradecimentos é, por essência, um momento injusto. São escolhas que sempre, de uma forma ou de outra, farão injustiça para com alguém. O motivo é simples: não tenho consciência do emaranhado de caminhos que se cruzaram com os meus até chegar onde estou agora; também não disponho de clareza para saber todas as decisões que foram tomadas e que me conduziram até este momento. Quantas ações anônimas durante todos esses anos não foram importantes para o meu destino? Pois bem, a esses anônimos, registro aqui o meu muito obrigado.

Mas os agradecimentos são também o momento para prestarmos reconhecimento e homenagem àqueles que temos plena consciência de sua importância. Nesse sentido, agradeço primeiro a Deus, pela minha existência e por ter conduzido meu caminho, entre idas e vindas, até este momento de coroação de um sonho, finalizar o curso de História. Além também de ter colocado em minha vida pessoas tão especiais, como as presentes neste agradecimento.

À minha família, especialmente a meu pai, André Vidal Menezes Espínola e minha mãe, Rosane Maria de Albuquerque Espínola, para os quais palavras nenhuma comportariam o tamanho do agradecimento que nutro por eles. Resumo agradecendo por todo o amor e por terem sempre me apoiado em todos os momentos da minha vida. Este é apenas mais um episódio no qual vocês tiveram um papel central. Sem esse suporte de vocês este momento não chegaria a acontecer.

Estendo este agradecimento mais que especial para minha esposa, Amélia Jessiely Soares de Albuquerque Espínola, uma verdadeira companheira, e minha enteada, Anniely Mariah. Obrigado pela motivação e pelo suporte que vocês me dão todos os dias. Da mesma forma, não tem como narrar aqui todos os momentos em que vocês foram decisivas na minha vida, pois é no dia a dia com vocês que nossa força é reabastecida e renovada. Agradeço já aqui ao mais novo membro da família, que atualmente só tem 6 semanas e 4 dias de vida, do tamanho de um arroz, mas que já é tão amado e que fornece tanta energia e vitalidade para mim e para o meu mundo. Agradeço também, na pessoa de minha sogra, Maria das Graças Soares Bento, a toda a família bananeirense que acolheu e agregou este pernambucano no seu convívio.

Agradeço também a meu irmão, André Vinícius, minha cunhada Amanda Patrícia e minha irmã, Maria Alice pelos debates calorosos que sempre nos faz crescer um pouco mais para frente (além das boas risadas!). Às minhas amadas e queridas sobrinhas por todo o

carinho e abraços sempre reconfortantes: Ana Sophia (sosophi!), com a astúcia e brincadeiras sempre mirabolantes e divertidas; e Maria Luiza (xuxuca), pelos papos cabeças e as boas vibrações de sempre! Um agradecimento especial pelo belo exemplo de vida para o meu falecido avô e maior rubro-negro, Rodolfo Albuquerque, que desde que partiu deixou um vazio para sempre impreenchível. Muitas saudades! À minha avó, Terezinha, por toda essa fortaleza de doçura, delicadeza, dedicação e amor que tem por toda a família. Agradeço também aos meus tios e tias e primos e primas que, de uma forma ou de outra, me ajudaram nessa caminhada.

Para a minha caminhada acadêmica, agradeço primeiramente a todos os meus professores que fizeram do curso de História a realização do que tinha imaginado. Obrigado por terem formado não apenas um profissional, mas formado também um ser humano bem melhor do que aquele que adentrou pela primeira vez as portas desta universidade. Agradeço em especial ao meu professor orientador, Cristiano Luís Cristhillino, por todo incentivo e palavras motivadoras, bem como aos demais professores do corpo docente da Universidade Estadual da Paraíba. Agradeço, por fim, aos meus colegas da turma de História 2013.I, Sociedade dos Historiadores Mortos, que sem dúvida foi uma das melhores e mais incríveis das quais já participei. Obrigado por cada discussão e debate durante todo o curso! Foram anos enriquecedores!

(...)

A ciranda acabou de começar, e ela é!

E é praieira! Segura bem forte a mão

E é praieira! Vou lembrando a revolução, vou lembrando a revolução

Mas há fronteiras nos jardins da razão

Chico Science & Nação Zumbi – A Praieira

## **RESUMO**

A presente monografia baseia-se nos estudos da alternância política, entre os partidos liberal e conservador, no período de 1840 à 1853, em torno das conjunturas políticas e sociais da Província da Parahyba do Norte. A pesquisa foi guiada por uma série de problemáticas que serviram como fios condutores, tais como: os impactos das reformas legislativas do Regresso Conservador no contexto da política provincial; o cargo de presidente da província, suas atribuições e sua relação com a elite provincial; as alternâncias de gabinete e seus reflexos na política local em termos reaparelhamento de cargos e os conflitos que daí surgem; apontamos ainda alguns conflitos que chegaram a ameaçar a tranquilidade pública no período;

Palavras-chave: Parahyba do Norte, elite política, alternância de poder, Cultura Política, Paraíba Imperial

## **ABSTRACT**

This monograph is based on studies of political alternation between the liberal and conservative parties, from 1840 to 1853, around the political and social conjunctures of the Northern Parahyba Province. The research was guided by a series of problems that served as guiding threads, such as: the impacts of legislative reforms of the Conservative Regression in the context of provincial policy. The position of the president of the province, its attributions and its relations with the provincial elite; the alternation of cabinet and its reflexes in the local politics in terms of repositioning of positions and the conflicts that arise therefrom; We also pointed out some conflicts that threatened public tranquility in the period.

Key-words: Northern Parahyba, political elite, alternation of power, Political Culture, Imperial Paraíba

## **Lista de Quadros**

<b>Quadro 1:</b> Lista de Presidentes e Vice-Presidentes na Parahyba do Norte entre 1840 a 1853 .....	27
<b>Quadro 2:</b> Alternância de poder de Gabinetes liberal e conservador entre 1840 a 1853 .....	32

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1. <b>CAPÍTULO I</b> – Das Reformas para o Regresso.....	14
1.1. As reformas liberais e a Regência .....	14
1.2. A Desordem .....	16
1.3. O Regresso Conservador .....	19
2. <b>CAPÍTULO II</b> – O presidente da província: “o Imperador nas Províncias”.....	23
2.1. As atribuições e as características do Presidente da Província .....	23
2.2. Os Presidentes e Vice-presidentes da Parahyba do Norte (1840-1853) .....	26
3. <b>CAPÍTULO III</b> – A Alternância de Poder e a Presidência da Província .....	32
3.1. O interstício liberal (1840-1841) .....	32
3.2. O Avanço do Regresso Conservador e os conflitos do rearranjo político (1841-1844) .....	33
3.2.1. O caso de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves .....	33
3.3. O Quinquênio Liberal (1844-1848) .....	38
3.4. O domínio conservador (1848-1853) .....	41
3.4.1. A alternância de poder e os abusos de sempre .....	41
3.4.2. A infidelidade das autoridades e a Revolta Praieira na Parahyba do Norte .....	43
3.4.3. Mais centralização e algumas reações .....	47
3.4.4. O Ronco das Abelhas e outras perturbações à ordem .....	48
4. <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53
5. <b>REFERÊNCIAS</b> .....	55
5.1 Fontes .....	55
5.2 Bibliografia .....	57

## INTRODUÇÃO

O processo de centralização política é um elemento chave para entendermos uma parte essencial do Segundo Reinado. Em 1840 começaram a ser redesenhadas as principais instituições políticas do Império. Em meio a transformações econômicas e políticas, a estabilidade foi alcançada através de um sistema político e eleitoral no qual alternavam-se no poder as facções dos dois partidos políticos nacionais, o partido liberal e o partido conservador, que travavam suas disputas sob o olhar moderador do Imperador D. Pedro II, que podia fazer-se de seus poderes para resolver questões que os partidos não se mostrassem capazes de resolver. Esse poder, exercido pelos homens abastados que controlavam o Estado brasileiro, assentava-se sobre todo o sistema político e eleitoral que garantia às respectivas facções costurarem redes de apoio político, econômico e eleitoral para se manterem no poder. Apesar de ser uma província de menor porte, a Parahyba do Norte não ficou alheia a estas disputas políticas.

Assim, o clientelismo é o aspecto essencial para a sustentação de todo o aparato jurídico, político, econômico e, claro, social. Clientelismo é um termo bastante amplo que configura a cultura política brasileira até os dias de hoje. “Clientelismo significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terra”.<sup>1</sup> Isso quer dizer que era através do clientelismo, seja por meio de nomeações para cargos de influência política e eleitoral, seja por meio de uma rede de apadrinhamentos, assistencialismo, relações familiares, dentre outros, que um chefe local ou um político de alcance nacional solidificava seus espaços de poder. Afinal, segundo Richard Graham, “o tamanho da clientela era a medida de um homem”<sup>2</sup>.

Portanto, a presente monografia tem como objetivo analisar as articulações políticas na Parahyba do Norte, especialmente no que se refere a algumas instituições e cargos específicos. Focamos a figura do Presidente da Província devido sua importância para garantir as vitórias do partido do governo nas eleições<sup>3</sup>. Sabendo que uma das estratégias para essa atuação eleitoral era a nomeação para cargos chaves no sistema jurídico e político, buscamos analisar como se dava as articulações dos presidentes quando chegavam nas províncias, observando suas ações e decisões e nomeações para cargos do aparato burocrático da

---

<sup>1</sup> GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 16.

<sup>2</sup> IDEM, *ibidem.*, p. 40

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 123



administração provincial. Como se configura de importância central investigar como ocorre esse processo nas alternâncias de Gabinete e, sobretudo, quando há transferência de poder de liberais para conservadores, o recorte histórico do presente trabalho dar-se-á desde o Golpe da Maioridade, em 1840, até momento da ascensão do Ministério da Conciliação do Marquês do Paraná, em 1853, período no qual o Brasil passava por grandes mudanças políticas e econômicas e que buscamos identificar o comportamento dessa elite política na província da Parahyba do Norte. Portanto, a província se constituirá no nosso espaço geográfico de análise, recortando o período de 1840-1853. Assim, devido a lacuna na historiografia paraibana acerca o Império, esperamos contribuir para a historiografia da Paraíba Imperial.

Nesse sentido, o presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No capítulo I, fizemos uma contextualização histórica do período estudado, destacando as reformas descentralizadoras dos liberais e suas consequências para a política imperial, bem como o Regresso Conservador, com revisões na legislação aprovada pelos liberais buscando a retomada da ordem.

Em seguida, no capítulo II, analisamos as principais instituições políticas no âmbito provincial e quais suas competências e funções na sustentação do sistema político imperial, especificamente a partir das reformas do início da década de 1840, que delinearão as instituições até praticamente o fim do Império. Destacamos as relações entre duas instituições fundamentais para a Província: a Presidência e a Assembleia Provincial, bem como suas respectivas competências. Por isso, analisamos o ambiente político interno da província da Parahyba do Norte. Como se dava então a atuação prática dos presidentes da província? De que forma a política provincial era impactada com as alternâncias de poder entre liberais e conservadores? Que tipos de conflitos decorriam dessas mudanças? De que forma a ordem e a tranquilidade pública viram-se ameaçadas durante esse período?

No capítulo III, mostramos como se dava a atuação prática desses presidentes no sentido do aparelhamento do governo. Ao relacionar as composições de gabinetes com as nomeações de Presidentes da Província da Parahyba do Norte durante o mesmo período (1840-1853), observamos algumas características que podem indicar como a política provincial era afetada pelas turbulências políticas na Corte. Colocamos a análise da Revolta Praieira, de 1848, com a perspectiva dessa luta política de alternância de poder entre liberais e conservadores destacando como o reaparelhamento seguido dessa alternância contribuía para criação de focos de tensão e conflito. Procuramos discutir estas questões cruzando dados por meio dos documentos nas exposições e relatórios dos presidentes de Província, inclusive seus relatórios anexos, elaborados por diversos departamentos e pelos seus responsáveis.

Cabe ressaltar que ao analisar os documentos referentes aos Relatórios e Exposições dos Presidentes da Província é imprescindível ter em mente, como coloca Michel de Certeau<sup>4</sup> (1982), o lugar social de produção de onde está partindo aquele documento, ou seja, quais as intenções, o que se quer deixar transparecer e o que quer se deixar esconder. Aqui não tomamos, portanto, a fala do presidente no documento como verdade absoluta, mas procuramos entender o processo dinâmico e cheio de sutilezas que se esconde por detrás dos discursos oficiais. Ou seja, ter como ponto de partida o dito nos documentos oficiais para entrevermos o não-dito.

---

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

## CAPÍTULO I – DAS REFORMAS PARA O REGRESSO

### 1.1 As reformas liberais e a Regência

Antes de nos debruçarmos sobre o processo de retomada da ordem conservadora característica da década de 1840, é necessário voltarmos um pouco e compreender o contexto social e político do período da Regência, mormente as reformas que foram implementadas sob o domínio liberal e de que maneira estas contribuíram para a desordem que daí se instaurou.

O excessivo centralismo de D. Pedro I estava incomodando bastante a classe política brasileira, que estava sedenta por participar do poder político e dele tirar seu prestígio e distribuição para as suas respectivas clientela locais. Em abril de 1831, o imperador D. Pedro I foi persuadido a abdicar em favor do seu filho, D. Pedro II, que tinha apenas cinco anos à época.<sup>5</sup> O segmento vencedor nessa contenda foi uma facção moderada dos liberais, que, vendo o caminho livre, com o imperador ainda infante, traçaram vários pontos do sistema político e jurídico que precisavam ser reformados em nome de uma maior descentralização do poder político. Como diz Graham,

Mesmo antes da abdicação de Dom Pedro I, conseguiram criar juízes de paz eleitos, a maioria das vezes escolhidos da aristocracia agrária e para os quais eles garantiam poderes amplos a fim de enfraquecer os juízes da coroa. Com Dom Pedro I fora do caminho, em 1831, eles passaram a se mover com mais desenvoltura<sup>6</sup>.

Chamamos logo a atenção para o papel de alguns cargos específicos nas teias institucionais para fazer valer os interesses do grupo dominante, como no caso dos juízes de paz. Portanto, com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, iniciou-se um esforço de descentralização que culminou no primeiro Código de Processo Criminal (1832), consagrando e ampliando a figura do Juiz de Paz como representante dos proprietários rurais locais ao invés do Governo Central. O Código, segundo Graham (1997)

também permitia que os juízes de paz eleitos acumulassem ainda mais autoridade combinando funções policiais e judiciais, autorizando-lhes, por exemplo, prender e interrogar. Os líderes liberais então reduziram o contingente do Exército e criaram, em contrapartida, a Guarda Nacional, formada por cidadãos locais com oficiais eleitos. Por fim, decretaram uma lei pela qual as câmaras municipais preparariam listas de candidatos localmente aceitos, para serem designados como juízes municipais, resgatando deste modo, parte da autoridade que as câmaras haviam perdido<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 72

<sup>6</sup> IDEM, *ibidem*, p. 73

<sup>7</sup> IDEM, *ibidem*, p. 73

Segundo Miriam Dolhnikoff, outra razão que moveram os liberais ao criar os juizes de paz eleitos foi a dificuldade em estender a hegemonia estatal ao todo o imenso território. Dessa forma, “a solução encontrada pelos liberais para garantir uma rede mínima de funcionários a serviço do Estado, inclusive nas localidades, foi empregar as pessoas disponíveis nas vilas e municípios”<sup>8</sup>. A questão é que foi, por esse motivo, criada uma figura municipal com uma autoridade bastante poderosa, especialmente ligada ao aparelho judicial, já que o braço político da municipalidade, as Câmaras Municipais, tiveram suas atribuições limitadas. Assim, Dolhnikoff afirma que

Divididos entre o anseio e o receio, optaram por uma organização municipal composta por duas instâncias: um juizado de paz com amplas atribuições judiciais e policiais e Câmaras Municipais com responsabilidade apenas administrativa<sup>9</sup>

Ainda em 1831 foi criado também a principal instituição controle social e coerção: a Guarda Nacional. Diante da ameaça de turbulência nas ruas após a abdicação de D. Pedro I em vários pontos do império e a própria falta de um aparato coercitivo que chegasse a todos esses pontos, a Guarda Nacional surgiu como uma força organizada a partir das próprias localidades ao mesmo tempo que são subordinadas também ao poder central. Com alistamento obrigatório de todos os cidadãos de 21 a 60 anos que preenchesse os requisitos eleitorais, os oficiais respondiam aos juizes de paz, que era responsável pelo alistamento.

Foi o período em que a facção de liberais moderados, exaltados e caramurus puderam defender seus principais projetos nacionais conforme seus princípios federalistas. Alinhada ao Código Civil, a Lei n.º 16, de 12 de agosto de 1834, conhecida como o Ato Adicional, transformou os Conselhos Gerais de províncias em Assembleias Legislativas Provinciais. As Assembleias consistem no ponto nevrálgico do sistema político, segundo a tese de Dolhnikoff (2005) para inserir as elites regionais com relevante função e autonomia dentro do sistema político, dividindo o governo provincial em duas instâncias: as Assembleias Legislativas e a presidência da província. As atribuições de cada uma dessas instituições estavam bem definidas e a grande preocupação dos liberais era fazer com que a autonomia das Assembleias não fosse submetida ao poder central. “Enquanto a Assembleia era composta pela elite da província, o presidente era nomeado pelo governo central, constituindo-se como uma espécie de delegado seu na região”.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 85.

<sup>9</sup> IDEM, ibidem, p. 87.

<sup>10</sup> IDEM, ibidem, p. 100.

Competia ainda às assembleias autonomia a tarefa de legislar sobre a divisão administrativa civil, judiciária e eclesiástica da província, orçamentária e distributiva das rendas públicas. Desta maneira as províncias passaram a ter autonomia administrativa, orçamentária e fiscal, além da eleição do vice-presidente da Província.

O Ato Adicional aboliu ainda o Conselho de Estado, que era um órgão não eletivo que tinha a função de aconselhar o imperador na definição das políticas gerais do Império. No entanto, embora dê uma ênfase no poder provincial, Richard Graham aponta o Ato como um recuo nas medidas descentralizadoras, já que no todo ele tendeu a reduzir a verdadeira autonomia local<sup>11</sup>.

## 1.2 A Desordem

Mas quais foram os efeitos dessas medidas? O período entre os anos de 1831 a 1840, a Regência, é comumente relacionada à imagem de turbulência, anarquia e caos social. O Período Regencial, também é conhecido por ser o período da história do Brasil onde ocorreram várias revoltas populares, produzindo um impacto simbólico de claro ataque à ordem social, um dos princípios mais caros ao Império. Segundo Marcello Basile, “nesse peculiar contexto de vacância do trono, de fraca coesão política entre as elites e de intensa participação popular, as rivalidades políticas e as tensões sociais muitas vezes explodiam em manifestações violentas”<sup>12</sup>. Portanto, além de ameaçar a unidade nacional, quando um sistema que legitimava a dominação sobre os dominados passava a ser questionado, a situação passava a ser um sério problema. As rebeliões tenderam “a enfraquecer a autoridade dos proprietários sobre as classes dominadas, intensificando o espectro de desordem social. O medo de revolução cerceava o desenho de autonomia local”<sup>13</sup>. Afinal, como aponta Ilmar Mattos:

No entender de muitos componentes do mundo do governo, a desordem das ruas contrastava vivamente com a ordem da casa. Por meio dos vadios, indolentes e desordeiros, as ruas pareciam desferrar-se do menosprezo que as casas sempre lhes haviam votado, nelas escoando as águas de que se serviam e lançando os dejetos e restos de comida, fazendo das calçadas picadeiros de lenha, as janelas servindo para os homens escarrarem na rua. Desforra ameaçadora<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 74

<sup>12</sup> BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: Grinberg, Keila; Salles, Ricardo (Org.). O Brasil imperial (1831-1870). v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.53-119. 2009, p. 68.

<sup>13</sup> IDEM, ibidem, p. 74.

<sup>14</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC, 1987, p. 122-123.

E a ameaça esteve presente em diversos pontos do vasto território. E foram várias. Ao analisar estes levantes, Marcello Basile<sup>15</sup> aponta o total de 36 revoltas regenciais de orientações variadas de acordo com os grupos políticos em disputa no momento, como os exaltados e caramuru e também rebeliões escravas. Basile ainda divide essas revoltas em ciclos ou ondas, que diferem entre si em termos de participação, duração e reivindicações. A primeira onda inicia-se com movimentos urbanos do povo e tropa, em menores proporções, sendo estes mais numerosos e espalhados pelos diversos locais do país. Embora não conste na relação de Marcello Basile, a Parahyba do Norte também foi palco de algumas turbulências sociais durante esse período. José Octávio de Arruda Mello (2002) menciona alguns desses movimentos, como o aumento da preocupação com quilombos, em 1831, principalmente o do Catucá, perto da fronteira pernambucana de Goiana, que impedia a circulação do serviço de correio entre Pernambuco e Paraíba. Ainda em 1831, Octávio aponta movimentos em 24 de maio e 11 de agosto, de levantes de oficiais militares que obrigaram o Governo a intervir. Em 1832, notícias da Revolta de Pinto Madeira, no Ceará, de cunho tradicionalista e reacionária, conflagrou o alto sertão da Parahyba do Norte. Em uma dessas turbulências descritas pelo autor, podemos perceber o papel central do juiz de paz nas disputas, que, como vimos, consistia numa figura cujas atribuições legais haviam sido ampliadas pelas reformais liberais:

A 21 de novembro, o juiz de paz de Itabaiana, sob a alegação de que os colonos se haviam insurgido, no Recife, prendeu a todos os portugueses da vila. Ato contínuo, a Sociedade Federal da Parayba do Norte enviou emissários ao interior, pleiteando a demissão do presidente da Paraíba, Galdino Costa Vilar, e seu secretário, suspeito de absolutismo. Tratava-se de resposta aos acontecimentos de outubro, quando, em plena capital, fração da guarnição de segunda linha rebelou-se, somente sendo contida por força pública dos guardas municipais, milicianos e paisanos<sup>16</sup>.

Marcello Basile relaciona a segunda onda de revoltas diretamente à aprovação do Ato Adicional, “cujas medidas descentralizadoras contribuíram para o fortalecimento dos poderes provinciais, os quais, muitas vezes, não estavam afinados com a política do governo central”.<sup>17</sup> Diferente da primeira onda, a segunda tomou o corpo de grandes revoltas que abalaram o país, tanto em quantidade de pessoas, quanto de duração e de vítimas, a exemplo da Cabanagem (1835-1840), no Pará, a mais sangrenta (certa de 30 mil mortos) revolta popular do Império. Foi também a única em que as camadas populares conseguiram tomar o poder político, ainda que por pouco tempo. Já no Rio Grande do Sul deu-se a mais longa

<sup>15</sup> BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: Grinberg, Keila; Salles, Ricardo (Org.). O Brasil imperial (1831-1870). v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.53-119. 2009, p. 67.

<sup>16</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba: lutas e resistências. 7ª Ed. João Pessoa: A União, 2002. p. 112-113.

<sup>17</sup> BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: Grinberg, Keila; Salles, Ricardo (Org.). O Brasil imperial (1831-1870). v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.53-119. 2009, p. 70.

revolta imperial, a Farroupilha (1835-1845), em que ricos estancieiros e charqueadores levantaram-se principalmente por questões econômicas (taxas sobre o charque platino, impostos sobre o sal e circulação interprovinciais de seus produtos). Outras revoltas que se destacam desse período foram a Sabinada (1837-1838), na Bahia, a Balaiada (1838-1841), que também foi composta por camadas de caráter popular, no Maranhão e Piauí. A última categoria apontada por Basile foi as revoltas escravas, protagonizadas diretamente pelos escravizados como as Carrancas, de 1834, em Minas Gerais, onde os cativos aproveitaram-se dos conflitos entre as elites locais para atacar fazendas e senhores; os Malês, de 1835, na Bahia, que se constitui no mais famoso e maior levante escravo urbano das Américas, com grande articulação entre os escravizados islâmicos de origem étnica comum; e a Rebelião de Miguel Congo, em 1838, no Rio de Janeiro, que reuniu grande número de escravizados (200), que agiam nas matas da região em busca da liberdade.<sup>18</sup>

Segundo Richard Graham, as reformas liberais fortaleceram as disputas políticas locais e regionais, disputas estas que muitas vezes fugiam do controle e despertavam em outros segmentos sociais a se manifestarem e, muitas vezes, pegarem em armas. De acordo com Graham

as primeiras reformas liberais, ao restituírem alguns dos poderes de decisão às localidades, tiveram o efeito de estimular indecorosamente o faccionalismo local (sobretudo em relação à eleição dos juizes de paz), disputas que algumas vezes fugiam ao controle, e fomentavam o desrespeito pelos de ‘melhor sina’. E os princípios de liberdade individual também podiam facilmente encorajar a agitação social<sup>19</sup>.

Não tardou para os abastados perceberem que essa situação não era desejável e passaram a ver certo nível de centralismo até mesmo como necessário. Concomitante a esses acontecimentos, o cenário econômico também passava por mudanças, especialmente na ascensão do café como o principal produto exportado pela economia brasileira, transferindo o eixo de poder político do Norte – das elites açucareiras – para o Sul – os fazendeiros do café. Interessados num governo central forte para ampliar sua expansão, foi sendo alimentada a visão política de um grupo cada vez mais influente, principal idealizador do movimento chamado “Regresso”, que iria revisar a série de reformas do período regencial visando a retomada da ordem:

A combinação de recursos ampliados, uma devoção renovada ao poder central na província do Rio de Janeiro e, nos outros lugares, uma apreensão generalizada em

---

<sup>18</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 70-72.

<sup>19</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 74.

relação à agitação social, ou mesmo a uma rebelião de escravos, provocou uma brusca guinada para o conservadorismo, um recuo que foi logo rotulado de 'Regresso'<sup>20</sup>.

O marco inicial desse movimento foi a renúncia do regente Feijó a ascensão ao poder de Araújo Lima, que nomeou um gabinete centralizador chefiado pelo outrora liberal Bernardo Pereira de Vasconcellos, mas que agora figurava nas primeiras filas do partido conservador, ciente da necessidade de medidas centralizadoras como única solução para impedir o caos e a fragmentação do Império.

### 1.3 O Regresso Conservador

Da desordem que sobreveio da Regência, emergiu a aceitação do fortalecimento da autoridade do poder central como fundamento para manutenção da ordem monárquica, abrindo caminho para a Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840, a Maioridade, em 1840, e a reforma no Código de Processo Criminal, ocorrida em 1841. “A partir desse momento até 1859, a história política do Brasil caracteriza-se pela bem-sucedida elaboração das instituições que iriam garantir a ordem social, sob o pulso firme de homens de posses”<sup>21</sup>. Esses foram anos essenciais para a construção de uma classe senhorial forte e concisa, denominado Tempo Saquarema<sup>22</sup>.

Para analisar o significado dessas medidas, iremos nos ater aos principais pontos que foram reformados e como eles funcionavam como aparelho de controle social. Só então passaremos a nos observar os relatórios e exposições dos presidentes da província em relação a esses temas.

Tal qual um contrato social entre as classes abastadas diante das agitações e revoltas pelo território nacional, em que os ricos abriam mão de sua liberdade para restituir a ordem, a escolha pelo Regresso – e todo o redesenho institucional que decorreu dele – foi a solução encontrada, ainda que centralizadora, para manter o controle social. Segundo Graham,

Apesar de incertezas e retrocessos, decidiram, na década de 1840, apostar no governo central sem ambiguidades. Foi uma escolha sábia para eles, pois de fato as várias instituições de controle que criaram comprovaram ser um poderoso baluarte contra a desordem<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> IDEM, *ibidem*, p. 77.

<sup>21</sup> IDEM, *ibidem*, p. 78.

<sup>22</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987, 2004.

<sup>23</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.



E foi a partir daí que as mudanças do Regresso Conservador delinearão medidas institucionais que permaneceram praticamente inalteradas até a queda do Império, em 1889. A Reinterpretação do Ato Adicional foi uma medida direcionada a conter os poderes das Assembleias Provinciais, sobretudo em relação ao controle administrativo e burocrático, com nomeação para cargos públicos. Considerando a prática do clientelismo como estratégia chave para o sucesso eleitoral do grupo que por ora encontrava-se no poder, quem detinha essa atribuição de distribuir cargos para que auxiliasse na construção de uma rede leal, especialmente nas eleições, além de cargos para executar e fiscalizar o andamento das eleições, beneficiando sua própria facção política, estava em uma posição confortável no resultado do pleito.

Após a aprovação da Reinterpretação do Ato Adicional, e sabendo os efeitos práticos que essas medidas teriam no sentido de minimizar a autonomia provincial, os liberais se articularam junto ao imperador e promoveram o Golpe da Maioridade, nomeando um Gabinete Liberal. No entanto, logo os conservadores voltaram ao poder com um fôlego renovado, garantindo os interesses dos cafeicultores, como Paulino de Souza, Rodrigues Torres e Honório Carneiro Leão. Esse foi o grupo que aprovou, segundo Richard Graham, a mais importante reforma: a do Código Penal. E é no entrelaçamento das competências de cargos que a reforma irá focar. Como nos mostra Graham (1997):

Essa legislação dava poderes adicionais aos juizes de direito; convocava o ministro da Justiça a nomear os juizes municipais, que agora também tinham de ser formados em Direito; e tirava dos juizes de paz eleitos a maior parte de sua autoridade, transferindo grande parte de seus poderes para os delegados de polícia nomeados e seus vices, ou subdelegados. Esses oficiais tinham poder não apenas de prender os suspeitos de crime, mas emitir ordens de busca, ouvir testemunhas e redigir o processo contra os acusados – a única base para julgamento -, assim como julgar alguns casos menores<sup>24</sup>.

Percebe-se, portanto, a instrumentalização dos cargos públicos nomeados pelo poder central para a garantia de interesses políticos. Da Reforma do Código Penal, os Delegados e Sub-Delegados ascendem como autoridades máximas dentro da província, personagens chaves no combate às ações que poderiam ameaçar a ordem pública, bem como na definição de medidas e punições – ou não – aos envolvidos. Ao novo status do Delegado de Polícia foram somadas as novas atribuições de “supervisores da votação nas mesas eleitorais”<sup>25</sup>, que decorrem da nova lei eleitoral de 1842. Não tardou para reconhecer as mudanças institucionais na retomada da ordem, pois, em 1844, quando mais uma vez D. Pedro II

---

<sup>24</sup> IDEM, *ibidem*, p. 79.

<sup>25</sup> IDEM, *ibidem*, p. 80.

nomeou um novo Gabinete, desta vez liberal, estes não se mobilizarem para revogar a nova estrutura institucional reformada pelo Código.

Após a alternância de alguns Gabinetes liberais, em 1848, inicia-se um predomínio absoluto do Partido Conservador na condução do Governo Imperial. A força eleitoral do partido dominante se fez avassaladora. “A eleição que então supervisionaram comprovou uma vitória – só se elegeu um Liberal para o Congresso – que abriu caminho para o fortalecimento ainda maior do teor Conservador do Gabinete”<sup>26</sup>.

José Murilo de Carvalho (2008) considerou esse período, de 1840 até 1853, como a fase de consolidação do Império e o apogeu a partir de 1853; somado ao chamado Ministério da Conciliação, o predomínio durou até 1862. Sobre esse período, Carvalho (2008) destacou que

significou o fim de uma fase de lutas entre liberais e conservadores culminada tragicamente para os primeiros na Revolução Praieira, a última de grande porte do Império. Trouxe também a posições de liderança um grupo de jovens políticos que tiveram grande influência nos anos seguintes. Além disso, o Ministério se beneficiou das transformações econômicas que se processavam desde o final do tráfico de escravos em 1850.<sup>27</sup>

Esse processo irradiou do centro, ou seja, da Corte Saquarema, para as periferias de todo o país através de uma elite política burocrática, homogênea e treinada, pronta para circular geograficamente pelo país para levar a cabo a ordem e a civilização. Foi nesse período – e pelo nível de centralização alcançada – que possibilitou a realização de algumas reformas profundas, como a Lei Euzébio de Queiroz (1850), que proibiu o tráfico de escravos e que contou com uma pressão externa muito grande da Inglaterra, a Lei de Terras (1850) e o Código Comercial (1850), pensados para organizar uma fase de transição da mão-de-obra escrava para a livre, através, principalmente, do incentivo à imigração e liberação de capitais que estavam concentrados no tráfico. Richard Graham (1997) faz um resumo do alcance das medidas desse período:

A firme liderança que esse Gabinete exerceu permitiu a aprovação e a execução de vários projetos de lei, não necessariamente conservadores, que anteriormente haviam provocado demasiada polêmica para ter êxito. Suspendeu o comércio de escravos africanos para, finalmente, pôr fim à pressão inglesa sobre o Brasil, e simultaneamente liberar os fazendeiros de sua dívida com os comerciantes ilegais de escravos; aprovou uma lei sobre terras públicas (nunca realmente executada) para evitar a livre aquisição de terra por posseiros; finalizou um código comercial há muito tempo discutido e desejado pela comunidade mercantil; e empreendeu medidas destinadas a atrair capital estrangeiro para a construção de ferrovias nas regiões voltadas à exportação. Em 1850,

<sup>26</sup> IDEM, *ibidem*, p. 81.

<sup>27</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 59.

acabou com a eleição de oficiais na Guarda Nacional, tornando esses cargos sujeitos a nomeação. Esse governo concluiu, portanto, a tarefa de estabelecer as instituições de um poder central firme, que se conservaram inalteradas até o fim do Império em 1889<sup>28</sup>.

Portanto, percebe-se que a Interpretação do Ato Adicional e o Código Penal, sobretudo estas duas, foram estratégias para frear as desmedidas disputas locais, que saíam do controle com a concentração de poderes na figura do juiz de paz, por exemplo, notadamente um membro da elite local. Com a redefinição de atribuições desses cargos e a criação de novos, como Delegados e Sub-Delegados, atingiu-se um aparente equilíbrio (embora a relação de forças acabasse pendendo mais para o poder central), já que as elites regionais tiveram que contentar-se com relativa autonomia da Assembleia Provincial que, em parte, foi mantida pela Interpretação do Ato Adicional.

---

<sup>28</sup> GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 81.

## **CAPÍTULO II - O PRESIDENTE DA PROVÍNCIA: “O IMPERADOR NAS PROVÍNCIAS”**

O presidente da Província é um cargo chave para entendermos a dinâmica política nas províncias. Por isso, iremos analisar agora as competências desta instituição, sua relação com a política provincial, especialmente em relação à Assembleia Provincial e como se deu as transformações no cargo da presidência da província na Parahyba do Norte entre 1840 e 1853.

### **2.1 As atribuições e características do Presidente de Província**

É hora de fazer uma análise mais do cargo de presidente da província. É importante este cargo porque ele é o elo entre as elites do centro e as elites regionais. Era ele quem iria executar as determinações da corte em nível provincial, articulando-se com as elites locais, garantindo a formação de uma base de apoio clientelística voltada para a vitória nas eleições seguintes. Nesse sentido, apontaremos as considerações que foram feitas sobre essas instituições inicialmente no plano geral, com José Murilo de Carvalho (2008), Richard Graham (1997) e Miriam Dolnikoff (2005), levando em consideração as contribuições historiográficas complementares dos mesmos, para então nos determos no caso específico da Parahyba do Norte entre o período estudado, isto é, de 1840 a 1850.

Uma das características marcantes da elite política imperial foi a homogeneidade ideológica, segundo José Murilo de Carvalho (2008), reforçada através de mecanismos de coesão; através da circulação geográfica, o político saía de sua localidade e assumia cargos em outras províncias; com o treinamento, acumulava experiências em cargos políticos e administrativos de menores expressões até conseguir dar um salto na sua carreira; e as profissões, em grande parte inseridas no próprio conjunto administrativo do Estado, em comum proporcionava uma coesão nos interesses no sentido de fortalecimento do poder central e da máquina burocrática. Uma figura estratégica era o Presidente de Província, que, segundo Carvalho (2008):

Após ser eleito para a Câmara, ou mesmo após exercer cargo ministerial, ele poderia ser nomeado presidente de uma das 19 províncias. Era um cargo importante, uma vez que dele dependia a vitória do governo nas eleições. Mas mesmo em períodos não eleitorais o presidente conservava atribuições relevantes, uma vez que controlava nomeações estratégicas como a dos promotores, delegados e subdelegados de política e oficiais inferiores da Guarda Nacional. Indicava ainda os oficiais do recrutamento militar, reconhecia a validade de eleições municipais e encaminhava ao ministro do

Império, com parecer pessoal anexo, os pedidos de concessões de títulos honoríficos, a começar pela nobreza<sup>29</sup>.

Observando essa dinâmica das forças políticas imperiais funcionando na Província da Parahyba do Norte, podemos perceber como se deu a movimentação dessa “fina flor” numa província periférica, bem como apontar o legado que tais práticas possam ter contribuído para o comprometimento, ou a demasiada lentidão, do desenvolvimento futuro da Província.

Ainda segundo Carvalho (2008), províncias de menor relevância serviam de treinamento para alçar voos mais altos em outras províncias com mais peso político. Um projeto de 1860 criou como requisito para quem quisesse administrar as maiores ter administrado primeiro as províncias de menor peso. “A justificativa era a necessidade de treinamento”.<sup>30</sup> Segundo este projeto, a Paraíba estava dentre as províncias consideradas de na segunda classe, ao lado do Ceará, Sergipe, Goiás, Mato Grosso e Alagoas. As províncias de primeira classe eram as que tinham uma concentração maior das elites cuja importância político, administrativa e econômica. As demais estavam na terceira e última classe de províncias.

As suas atribuições são propriamente executivas, no sentido de zelar pelo bom funcionamento das repartições públicas, dispor da Guarda Nacional, preencher os cargos públicos segundo determinação legal, fiscalizar os empregados públicos, etc.

Richard Graham (1997), ao analisar a instituição de Presidente da Província, destaca a sua influência para a cultura política, chamando a atenção inicialmente para o caráter simbólico do cargo, fazendo questão de demonstrar todo o aparato ritualístico da chegada e recepção de um novo presidente na província:

A nomeação dos presidentes provinciais era de decisiva importância, pois a lei os chamava adequadamente, ‘a primeira autoridade’ das províncias. Um presidente representava o próprio imperador e, quando chegava à capital provincial, era cerimoniosamente recebido nesse papel: se chegasse de navio, a bandeira imperial vinha hasteada, e uma guarda de honra dava-lhe as boas vindas, enquanto ele desembarcava em meio a fogos de artifício e música<sup>31</sup>.

Este caráter de pomposo das boas vindas ao novo representante da pessoa do imperador na Província remete ao que Thompson, ao analisar a Inglaterra do século XVII, chamou de teatro para a demonstração de poder, no qual há claramente a representação dos atores e figurantes, cada qual no seu papel determinado na hierarquia social, ou seja, a

<sup>29</sup> CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 123.

<sup>30</sup> IDEM, ibidem, p. 123.

<sup>31</sup> GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 86.

dominação de classe. Nesse sentido, "o 'teatro' do poder é apenas uma forma dessa dominação"<sup>32</sup>. Ou seja, a presidência da província, enquanto uma instituição que constituía um dos pilares de sustentação do sistema político do Império tinha “como um de seus principais objetivos a manutenção da ordem, e isso derivava dos imperativos da dominação de classe”<sup>33</sup>. Portanto, a encenação de que Richard Graham fala acima da chegada do novo presidente na província representa o teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime dos poderosos<sup>34</sup>.

Mas o presidente não tinha só uma função simbólica. Na prática da luta política, ele tinha um papel extremamente importante. Eles eram os executores dos direcionamentos políticos do Gabinete, bem como garantiam o cumprimento das leis. A essas atribuições somam-se outras quiçá ainda mais importantes: as eleições. Segundo Graham,

Contudo, sua principal função era gerar dividendos eleitorais a favor do Gabinete, e eles usavam o apadrinhamento como o principal instrumento de realização dessa tarefa. Com a mesma finalidade, para nomear partidários e leis, o Gabinete dependia muito da informação política e da avaliação correta que recebia dos presidentes<sup>35</sup>.

Ou seja, os presidentes constituir-se-iam nos olhos e ouvidos do Gabinete nas províncias, observando e analisando atentamente as disputas políticas locais e avaliando os grupos e as facções para alianças e construção de redes clientelísticas para compor um grupo forte para vencer as próximas eleições. Richard Graham adota uma visão diferente de José Murilo de Carvalho na hora de interpretar a grande rotatividade dos presidentes provinciais, dando mais ênfase ao seu sucesso na execução de sua função primordial (a vitória nas eleições) ou mesmo para que não se infiltrasse tão profundamente nas querelas locais, o que às vezes não deu muito certo, como veremos mais adiante no que se refere à Parahyba do Norte no período analisado.

Miriam Dolhnikoff<sup>36</sup> foca sua análise da instituição de presidente da província na sua relação com outra grande instituição provincial: a Assembleia, exatamente para mostrar que o fato de um homem forte do governo central executando as diretrizes políticas na província não significaria a falta de autonomia desta. Inclusive, a ideia era realmente não haver uma

<sup>32</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 261. 60.

<sup>33</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 60.

<sup>34</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 239-240.

<sup>35</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 86.

<sup>36</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005. p. 102-103.

mistura nesse sentido, garantir que a lealdade dos presidentes estejam com o Gabinete e não com as elites provinciais. Por isso a grande rotatividade no cargo e o fato da maioria ser de quadros fora da província. O presidente detinha o poder de veto às leis aprovadas na Assembleia, no entanto, os deputados provinciais analisariam o veto e poderiam derrubá-lo com dois terços do voto. Assim, o presidente era obrigado a sancionar a lei. Além do mais, o poder de veto só poderia ser exercido se a lei fosse considerada inconstitucional, se viesse de encontro a algum tratado internacional assinado pelo Brasil ou se fosse contrário aos interesses da Província. Por isso o governo central chegava até mesmo a advertir os presidentes contra vetos improcedentes. Os presidentes também não podiam apresentar projetos para apreciação da Assembleia, já que esta competência pertencia unicamente aos deputados provinciais. Assim, conclui Dolhnikoff (2005), “os limites da interferência da presidente, dado o fato de que seu veto tinha caráter apenas suspensivo, reforçava a autonomia legislativa da elite da província”<sup>37</sup>. Cabe problematizar aqui o grau desta autonomia de que nos fala Dolhinkoff, especialmente a ponto de chegar a tal nível de um federalismo, segundo defende a autora. Que tipo de autonomia ou federalismo seria esse quando grande parte do orçamento ficava nas mãos da Corte? Segundo José Murilo de Carvalho, no ano de 1856, 83,1% das receitas recolhidas pelo Estado pertencia ao nível central, enquanto que apenas 14% ficava nas mãos das províncias, completando a lista os municípios com apenas 2,7%<sup>38</sup>.

## **2.2 Os Presidentes e Vice-presidentes da Parahyba do Norte (1840-1853)**

Antes, porém, iremos traçar um quadro sobre o quão alta foi a rotatividade dos Presidentes na Parahyba do Norte entre 1840 e 1853. Como já foi mencionado, o recorte temporal finaliza em 1853 devido à inauguração de uma nova fase nas diretrizes políticas nacionais, com o Ministério da Conciliação de 6 de setembro de 1853, idealizado por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná.

A tabela abaixo mostra todos os presidentes que ocuparam o cargo, bem como os vice-presidentes, já que não poderia haver a vacância do cargo, este sendo exercido interinamente pelo vice, lembrando ainda, como aponta Graham (1997), que estes também eram nomeados pelo Governo Central e normalmente figuravam entre membros da elite regional. Além disso,

---

<sup>37</sup> IDEM, *ibidem*, p. 104.

<sup>38</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 266.

os vice-presidentes constituíam-se de figuras políticas importantes, dada as características de alta rotatividade do presidente e também pelo fato de alguns terem acumulado outras funções. Assim sendo, eram eles quem administravam a província durante esse tempo. No mais, “ao contrário do presidente, os vices eram homens da província, vinculados aos interesses do grupo que ali detinha a hegemonia política e econômica”<sup>39</sup>. Dolhnikoff certamente estava querendo apontar uma característica descentralizadora nessa figura de vice-presidente, mas vale destacar, no entanto, que mesmo sendo homem da província, este seria escolhido pelo governo central, sendo necessariamente alinhado com os interesses do gabinete do momento. Assim, com um homem de fora, representando o governo central, e um membro escolhido pelo gabinete da própria elite regional, o governo pretendia manter os dois pés na província. Podemos perceber essa disputa na questão legislativa sobre a competência de nomeação do vice-presidente: o Ato Adicional fez com que a Assembleia Provincial escolhesse os vice-presidentes; apenas em 1841, com a Reforma do Código Penal, a escolha passou a ser feita pelo imperador.

**Quadro 1: Lista de Presidentes e Vice-Presidentes na Parahyba do Norte entre 1840 a 1853<sup>40</sup>**

Nome	Cargo	Posse	Naturalidade
1. Antônio José Henriques	Vice-presidente	22 de fevereiro de 1840	Não encontrado
2. Agostinho da Silva Neves	Presidente (12º presidente)	7 de abril de 1840	Não encontrado
3. Antônio José Henriques	Vice-presidente (2º vez)	5 de setembro de 1840	Não encontrado
4. Francisco Xavier Monteiro de França	Presidente (13º presidente)	7 de setembro de 1840	Parahyba do Norte
5. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves	Presidente (14º presidente)	4 de maio de 1841	Rio Grande do Sul
6. André de Albuquerque Maranhão Júnior	Vice-presidente (2ª vez)	3 de fevereiro de 1843	Parahyba do Norte
7. Ricardo José Gomes	Presidente	14 de março de	São Paulo

<sup>39</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 103.

<sup>40</sup> Quadro elaborado a partir da obra Relação dos Cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil no Período de Março de 1808 a 15 de novembro de 1889, por M. A. G. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1894, p. 97.



Jardim	(15° presidente)	1843	
8. Agostinho da Silva Neves	Presidente (16° presidente)	2 de dezembro de 1843	Não encontrado
9. Joaquim Franco de Sá	Presidente (17° presidente)	22 de julho de 1844	Maranhão
10. José da Costa Machado Senior	2°vice-presidente	2 de agosto de 1844	Não encontrado
11. André de Albuquerque Maranhão Júnior	Vice-presidente (3ª vez)	9 de agosto de 1844	Parahyba do Norte
12. Joaquim Franco de Sá	Presidente (de volta de Pernambuco)	14 de agosto de 1844	Maranhão
13. Frederico Carneiro de Campos	Presidente (18° presidente)	18 de dezembro de 1844	Bahia
14. João de Albuquerque Maranhão	Vice-presidente	16 de março de 1848	Parahyba do Norte
15. João Antônio de Vasconcellos	Presidente (19° presidente)	11 de maio de 1848	Bahia
16. José Vicente de Amorim Bezerra	Presidente (20° presidente)	23 de janeiro de 1850	Não encontrado
17. Agostinho da Silva Neves	Presidente (21° presidente)	30 de setembro de 1850	-----
18. Frederico de Almeida e Albuquerque	Vice-presidente	4 de abril de 1851	Parahyba do Norte
19. Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque	2°vice-presidente	8 de maio de 1851	Não encontrado
20. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque	Presidente (22° presidente)	3 de julho de 1851	Sergipe

21. Flávio Clementino da Silva Freire (Barão de Mamanguape)	2ºvice-presidente	29 de abril de 1853	Parahyba do Norte
22. Frederico de Almeida e Albuquerque	Vice-Presidente (2ª vez)	7 de outubro de 1853	Parahyba do Norte
23. João Capistrano Bandeira de Melo	Presidente (23º presidente)	22 de outubro de 1853	Ceará

Fonte: Relação dos Cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil no Período de Março de 1808 a 15 de novembro de 1889, por M. A. G. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1894, p. 97 / Relatórios de presidentes da Província da Paraíba.

Como se pode perceber pelo tamanho da lista, a rotatividade de presidentes provinciais na Parahyba do Norte foi bastante elevada. Levando em consideração os presidentes e os vice-presidentes, temos o total de 23 (alguns deles tendo ocupado mais de uma vez o mesmo cargo, como é o caso de Agostinho da Silva Neves, que ocupou o cargo de presidente por três vezes e André de Albuquerque Maranhão Júnior, que assumiu como vice-presidente por três vezes). Mesmo com as repetições de alguns nomes, o que importa aqui é que a posse se deu em circunstâncias históricas diferentes, por meio de outra conjuntura, o que justifica ser contado como um número diferente. Dessa forma, portanto, chega-se a uma média de 1,76 por ano. Como a rotatividade de vice-presidentes é ainda mais alta, se passarmos a considerar apenas o presidente, ficamos com a média de 0,84 presidentes por ano, levando em consideração que um deles, Frederico Carneiro de Campos foi o que passou mais tempo dentre eles, totalizando três anos e três meses (dezembro de 1844 até março de 1848) ininterruptos no cargo, uma média bastante elevada, inclusive em relação a outras províncias. O motivo de tal duração será alvo de análise no próximo item.

Nota-se também que dentre os presidentes e vice-presidentes que conseguimos a informação da naturalidade, dos onze presidentes, apenas um é da Parahyba do Norte (Francisco Xavier Monteiro da França), enquanto que os demais que são naturais da Paraíba foram todos vice-presidentes. José Murilo de Carvalho<sup>41</sup> aponta que a circulação geográfica tinha uma clara conotação política, com vários presidentes de província sendo nomeados para

<sup>41</sup> CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 121.

o cargo explicitamente para ganhar experiência política. Já Ilmar Mattos aponta que um dos objetivos era a diminuição dos atritos e fissuras no interior da classe política<sup>42</sup>.

Observando a carreira política da maioria desses políticos, vemos que alcançaram outros postos dentro do sistema político, inclusive além de presidentes de outras províncias, como deputado geral e senador. É o caso de ver o cargo como oportunidade de ascender na carreira política, pois, como aponta José Murilo de Carvalho,

Além da experiência administrativa e dos bons salários, o político tinha ainda, como presidente, a oportunidade raramente desperdiçada, de acelerar a carreira, especialmente pela garantia de uma eleição para o Senado, precedida ou não por eleição para Câmara (...). Na realidade, a presidência da província, apesar dos esforços do imperador em contrário, era cargo muito mais político do que administrativo, como o indica a grande mobilidade de presidentes e o pouco tempo que permaneciam nos postos<sup>43</sup>.

É o caso de Frederico Carneiro de Campos, foi deputado tanto pela Parahyba do Norte (1848) quanto por Rio de Janeiro (1866), de Antônio Coelho de Sá, deputado geral e senador por Pernambuco. O Barão de Mamanguape, Flávio Clementino da Silva Freire, que iniciava então seus passos na política, viria ainda a eleger-se senador. Vários deles foram “administradores profissionais”<sup>44</sup> de províncias, como João de Albuquerque Maranhão (Parahyba do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro), João Capistrano Bandeira de Melo (Parahyba do Norte, Alagoas e Minas Gerais).

Vemos que o cargo de Presidente da Província, de fato, servia como um trampolim para a carreira política daqueles que almejavam postos mais elevados e de maior prestígio, passo a passo, de uma província menor para outra província maior, até conseguir ser eleito deputado, senador e ministro. O treinamento e a circulação proporcionariam uma homogeneidade a essa elite para alcançar esses cargos maiores, embora o sucesso não fosse assegurado, já que muitos ficaram pulando de uma província para outra.

Esse treinamento é ainda mais intenso quando percebemos uma rede de socialização entre os presidentes de províncias através das correspondências que trocavam entre si, sempre solicitando informações, relatórios, coleções de leis provinciais, além de um sistema de comunicação de situações específicas, como presos evadidos circulando entre as províncias, etc.

<sup>42</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC, 1987..

<sup>43</sup> CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 123.

<sup>44</sup> IDEM, ibidem, p. 123.

No entanto, o legado da grande circulação de presidentes nomeados, como indica Carvalho (2008), dificulta a administração da Província, a execução e o prosseguimento de obras públicas e planejamentos estruturais em longo prazo por parte dos chefes políticos, porém, serve para fins políticos bem claros de fortalecimento do regime e do partido.

Vê-se que era muito grande a mobilidade e que ela tendia a aumentar ao longo do período. Isto prejudicava o lado administrativo, mas sem dúvida contribuía para fornecer experiência política a um grande número de pessoas, além de lhes dar oportunidade de conhecer melhor o país e desenvolver perspectiva menos provinciana. Outra função importante cumprida pela grande mobilidade de presidentes era dar aos ministros a oportunidade de premiar os amigos<sup>45</sup>.

Ao analisar a elite paraibana durante o Império, José Octávio de Arruda Mello (2002) identificou essas práticas da elite política imperial como uma das razões para impedir o desenvolvimento interno de lideranças políticas que pudessem lidar com as necessidades e os desafios que a província exigia, seja devido a uma limitada compreensão dos problemas, notável assimetria com a realidade. Era, segundo o autor, “o centralismo que não só enviava para governar a província figuras alheias aos quadros desta, como, por vezes, impunha personalidades de fora para a condição de representantes”<sup>46</sup>.

O desenvolvimento da Província, portanto, subordinava-se primeiro aos interesses individuais da “fina flor” que se via numa situação intermediária, muitas vezes sem vinculações sociais ou naturais com a localidade, mas ao mesmo tempo tinha compromissos políticos em garantir vitórias do partido nas eleições enquanto vislumbrava no horizonte algum cargo num degrau superior àquele em que se encontrava.

---

<sup>45</sup> Idem, *ibidem*, p. 124.

<sup>46</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistências*. 7ª Ed. João Pessoa: A União, 2002, p. 126.

### CAPÍTULO III - A ALTERNÂNCIA DE PODER E A PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA

Tendo compreendido o papel do presidente da província, perceberemos agora as alternâncias de poder entre um gabinete de um partido para o outro no nível nacional e como se dava essas mudanças a nível provincial. Podemos dividir o período de acordo com a tabela abaixo:

**Quadro 2: Alternância de poder de Gabinetes liberal e conservador entre 1840 a 1853<sup>47</sup>**

<b>Período</b>	<b>Predomínio do Partido</b>
1840-1841	Partido Liberal
1841-1844	Partido Conservador
1844-1848	Partido Liberal
1848-1853	Partido Conservador

Com base nessa divisão, iremos analisar em cada período a dinâmica política na província da Parahyba do Norte.

#### **3.1 – O interstício Liberal (1840-1841)**

Dentre o período analisado, o poder mudou de mãos algumas vezes entre os partidos conservador e liberal, tendo, naturalmente, influenciado o troca-troca de presidentes e vice-presidentes nas províncias. Na Parahyba do Norte não seria diferente. Faremos uma análise pormenorizada de como esses políticos se articularam para garantirem seu intento, bem como apontando conflitos e tensões que decorreram dessas articulações e alternâncias.

Em julho de 1840 há o Golpe da Maioridade, com D. Pedro II nomeando um gabinete Liberal, que dura até março de 1841, onde o poder volta às mãos dos conservadores. A nível nacional, esse período foi marcado por crises dentro do próprio Gabinete ministerial. O novo Gabinete entra em conflito com a Câmara de maioria conservadora e D. Pedro II acaba dissolvendo-a. Novas eleições são convocadas – as famosas eleições do “cacete” – consegue que o Partido Liberal tenha maioria na Câmara, mas não consegue superar sua crise interna. Em nível provincial, como nos mostra Myraí Segal e Serioja Mariano (2015), há certa confluência, pois a nomeação de Francisco Xavier Monteiro da França, um dos fundadores do

<sup>47</sup> Quadro elaborado pelo autor baseado em GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

Partido Liberal na província, faz com que haja “certa coesão entre os membros da Assembleia Provincial de maneira geral, e o presidente da província, também liberal”<sup>48</sup>. Francisco Xavier Monteiro da França assumiu o cargo já como uma liderança forte dentre as trincheiras do partido liberal, tendo participado de legislaturas gerais e provinciais pela Parahyba do Norte. Esse tom ameno e colaborativo já pode ser percebido na sua fala na instalação da sessão da terceira legislatura da Assembleia Provincial, em outubro de 1840. No seu curto pronunciamento (tomou posse em 7 de setembro de 1840 e a fala foi proferida menos de um mês depois, em 1 de outubro), Francisco Xavier chama atenção para as competências da Assembleia Provincial, conjuntamente à da Presidência da Província, para resolver os problemas encontrados.

(...) doc-me não poder com mais vivas côres, e com os raciocínios mais enérgicos pôrvos diante dos olhos o estado de todos os negócios públicos, e todas as providencias, que parecem mais precisas para a fazer em tudo prosperar; já que (Graças ao Acto adicional da Constituição) está em nosso poder fazer muitos bens, e arredar muitos males.<sup>49</sup>

Na sequência, Francisco Xavier reconhece a experiência local dos deputados provinciais, afirmando falar a “Legisladores Provinciaes, tão experientes do Paiz, como eu, e ainda mais, pelas diversas localidades da residência de cada hum”<sup>50</sup>. Na sua fala evidencia-se que o presidente da província forasteiro tem que apoiar-se no conhecimento local dos deputados provinciais. Percebemos também uma grande instabilidade no cargo de presidente entre 1840 e 1841, com três presidentes e dois vice-presidentes tomando posse, o que indica o momento de indefinição que o gabinete estava passando a nível nacional, o que mais adiante levaria à sua dissolução e o retorno dos conservadores ao poder.

### **3.2. O Avanço do Regresso Conservador e os conflitos do rearranjo político (1841-1844)**

#### **3.2.1. O caso de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves**

Pouco tempo depois, no entanto, com a mudança de orientação na política nacional, há a queda do Gabinete Liberal e na província há nomeação de Pedro Rodrigues Fernandes

<sup>48</sup> MARIANO; SEGAL. Disputas Políticas e Administração na Província da Paraíba (1840-1850) IN: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (org.); ROCHA, Solange P. (org.). Sociedade e cultura no Brasil oitocentista: trajetórias de pesquisa. João Pessoa: Editora UFPB, 2015, p. 26.

<sup>49</sup> Falla com que o exm. presidente da provincia da Parahiba do Norte, Francisco Xavier Monteiro da Franca, installou a segunda sessão da terceira legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1.º de outubro de 1840. Pernambuco, Typ. Imparcial de L.I.R. Roma, 1841, p. 3.

<sup>50</sup> IDEM, ibidem, p. 4.

Chaves, conservador, para a presidência. A alternância de poder traz necessariamente os ajustes a serem feitos no aparato administrativo e burocrático, tencionando as relações de poder já delineadas pelos seus predecessores. Então percebemos com clareza como se dá a atuação do presidente, instrumentalizando todos os seus meios para montar o aparato necessário para consolidar seu grupo político no poder.

Há vários momentos nos relatórios apresentados por Pedro Rodrigues Fernandes Chaves à Assembleia Provincial bastante sintomáticos em relação a temas discutidos nacionalmente, em relação a reformas das leis regenciais. Destacando que abre a segunda sessão da Assembleia apenas 48 horas depois de ter tomado posse, em 4 de maio de 1841, não perde tempo em apontar inconsistências e pontos de conflitos entre os poderes centrais, representado por ele próprio, e os provinciais, através dos representantes provinciais. Ao falar da Guarda Nacional, reclama sobre a indisciplina “inconveniente este devido em parte por não ter o Presidente a faculdade de demitir os Officiaes”, para completar logo em seguida que “na Legislação Provincial encontram-se disposições contrarias ás Leis Geraes, e aos interesses da Província”.<sup>51</sup>

Outro ponto deste mesmo relatório é ainda mais característico da cultura política da época. Ao falar como pretende levar a cabo os assuntos públicos da província durante sua administração, ele se coloca como uma figura acima das disputas político-partidárias, anunciando a si mesmo como alguém isento e imparcial, tal qual um arauto da ordem:

Resta-me expor-vos o pensamento político que dominará a minha administração – Não acceitei a Prezidencia para ligar-me á Partidos, meu norte será o bem público, e merecerá toda a minha consideração o mérito, a inteligência, e o espírito de ordem, onde quer que se achem.<sup>52</sup>

O decorrer dos fatos demonstra outro tipo de atuação de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves que ele preferiu deixar nas entrelinhas de suas falas. Isso porque o mesmo foi vítima de um atentado em que, como aponta Serioja Mariano, “a emboscada teria sido encomendada por outro grupo da elite local, que fazia oposição política ao presidente”<sup>53</sup>.

Myraí Segal e Serioja Mariano vão a fundo para analisar o contexto que levou ao atentado. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves procurou atacar diretamente os empregados

<sup>51</sup> Falla com que o exm. presidente da provincia da Parahiba do Norte, o doutor Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, abrio a segunda sessão da terceira legislatura da Assembléa Provincial no anno de 1841. Pernambuco, Typ. Imparcial de L.I.R. Roma, 1841, p. 3-4.

<sup>52</sup> IDEM, ibidem, p. 7.

<sup>53</sup> Cultura Política e relações de poder na Paraíba: o atentado contra o presidente de província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Anais do II Encontro de História do império Brasileiro, PPGH/PPGE/ UFB: João Pessoa, 2010, p.56

públicos alegando questões orçamentárias, especialmente nas Prefeituras<sup>54</sup>, que tendo suas atribuições reduzidas, o número de empregados não estaria, portanto, na mesma proporção do trabalho. Dentre os cortes figuram Prefeitos e subprefeitos suplentes. “Tal atitude gerou algumas insatisfações, uma vez que, um dos envolvidos na tentativa de assassiná-lo, no dia 21 de agosto de 1841, foi José Paulo, o ex-subprefeito da Vila do Imperador que, havia sido, ao que tudo indica, demitido anteriormente”<sup>55</sup>.

As autoras apontam ainda o real motivo das demissões: ao invés do corte de gastos, a questão era “substituí-los por pessoas ligadas a ele e que o apoiassem politicamente”<sup>56</sup>. Ainda sobre este episódio, peço permissão para uma citação mais alongada, pois vale a pena apresentar a versão do próprio Pedro Rodrigues Fernandes Chaves sobre o atentado que sofreu no relatório apresentado na sessão ordinária de 1842, e contrastar a imagem do político isento com o político que descortina as disputas políticas e que sobe ao palanque com o sangue na cabeça.

Tenho a satisfação de anunciar-vos que a Província goza de profundo sossego, e devemos dar-nos os parabéns deste resultado, que parecia tão difficil de realizar-se no meio do predomínio de uma facção selvagem que tinha mostrado na tentativa do meu assassinato todo o alcance da sua perversidade. Sem escrupulo nos meios de vencer, era ella de tudo capaz, e o tempo não veio se confirmar estes receios, e a necessidade de redobrar de vigilância e vigor para abater-lhe a audácia, que recrescia a proporção que se avizinhava o termo da sua queda. Refugiados em Pernambuco os seus membros mais influentes depois do attentado de 21 de agosto, a penas tornarão a si do susto que lhes causou o mau exito d’aquelle crime, projectarão novamente assassinar-me, assaltando-me em Palácio com porção de homens armados. Na Povoação de Pedras de Fogo em dias de outubro do ano passado, aliciou-se gente e fez-se cartuchame[sic], porem avizado a tempo tomei as precauções necessárias, e ou por que estas fossem pressentidas, ou por reflectirem melhor nos perigos da empreza, ou por que esperassem o próximo triumpho da sua facção no seio da Câmara dos Deputados, os conjurados desistirão daquelle plano.<sup>57</sup>

Tirando de vez a cortina da imparcialidade, este segundo relatório encontra-se cheio de mensagens diretas políticas, como referências às revoltas de São Paulo e Minas Gerais<sup>58</sup>, ataques aos juizes de paz<sup>59</sup>, ou elogios à Reforma do Código Penal de 1841, na expectativa de

---

<sup>54</sup> No ano de 1835 foi aprovada a lei dos prefeitos, recomendada às demais províncias pelo Regente Feijó. Logo as províncias de Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Maranhão e Alagoas seguiram o exemplo. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012, p. 99.

<sup>55</sup> MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (org.); ROCHA, Solange P. (org.). Sociedade e cultura no Brasil oitocentista: trajetórias de pesquisa. João Pessoa: Editora UFPB, 2015, p. 28-29.

<sup>56</sup> IDEM, ibidem, p. 29.

<sup>57</sup> Relatório que á Assembléa Legislativa da Parahiba do Norte apresentou na sessão ordinaria de 1842 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1842, p. 3.

<sup>58</sup> IDEM, ibidem, p. 4.

<sup>59</sup> IDEM, ibidem, p. 6.



“o tempo venha a confirmar a sabedoria destas reformas, as quaes postas em execução nesta Província desde 16 de Março ultimo se achão hoje em seu inteiro andamento”.<sup>60</sup>

Por fim, depois de ter relatado todos os contratempos, o presidente contemporiza e fala dos novos tempos de sua administração: “são as Câmaras nessa epoca eleitas sem as fraudes nem as violencias com que havião sido manchadas as eleições anteriores”<sup>61</sup>. Ou seja, é um manifesto de trabalho bem feito, agora que as coisas estão nos seus lugares e que os candidatos de seu partido estão com as vitórias asseguradas. É a função extra-oficial do Presidente da Província, como aponta Dolhnikoff (2005),

a historiografia tem apontado como um dos papéis principais do presidente, no funcionamento do regime monárquico, a função não oficial de manipular os resultados eleitorais de modo a garantir a maioria parlamentar para o ministério em exercício. Contudo, também neste caso o presidente dependia de negociações com a elite da província. Estava em jogo o acesso às clientelas dos fazendeiros que compunham o grosso dos votantes nas eleições, assim como a capacidade de fraudar urnas e a qualificação dos votantes nas diversas localidades<sup>62</sup>

As contribuições da autora levam a perceber o presidente da província não como um grande chefe todo poderoso que conduz as eleições e as disputas a seu bel prazer. Muito pelo contrário. Para conseguir o seu intento – a vitória do seu partido nas eleições, o presidente tinha que ser muito hábil politicamente, construir canais de clientelismo com a elite provincial e local, pois muitos indivíduos importantes no processo eleitoral, como as juntas de qualificação dos votantes, que eram compostas pelo juiz de paz, autoridade local – mesmo com o regresso conservador, retirando atribuições judiciais e policiais, o juiz de paz continuou a ter grande influência durante as eleições –, o delegado ou subdelegado, autoridade nomeada pelo governo central, e o vigário, também uma figura de influência local. A mesa eleitoral, formada pelo juiz de paz e quatro eleitores da paróquia, que era responsável pela identificação – ou não – do votante, também era uma instância cujo poder local tinha grande influência. Era o ponto chave para as fraudes, já que podiam negar o direito do voto a um indivíduo qualificado, alegando que ele não era a pessoa que constava na lista, ou, em contra partida, permitir o voto de um indivíduo não qualificado. Ainda por cima, a decisão da mesa eleitoral não cabia recurso. Para conseguir uma eleição cujo desfecho fosse de acordo com seu interesse, o presidente deveria negociar bastante com essas autoridades e não apenas impor a elas sua vontade. Assim, conforme destaca Dolhnikoff (2015),

---

<sup>60</sup> IDEM, *ibidem*, p. 5.

<sup>61</sup> IDEM, *ibidem*, p. 13.

<sup>62</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 107-108.

A intervenção do presidente no processo eleitoral não podia obedecer apenas aos interesses do governo central. As disputas entre as facções da elite provincial levavam cada uma delas a buscar a aliança com o presidente para vencer seus opositores. Se isso garantia a influência do representante do governo central, por outro lado condicionava essa influência à negociação em torno de um acordo que interessasse a ambas as partes. Portanto, não se pode falar em manipulação unilateral das eleições pelo governo central através do presidente. Este era obrigado a estabelecer com os grupos dominantes na província e negociações<sup>63</sup>.

Nota-se, portanto, que o discurso da chegada de Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, onde ele tentava abafar as disputas políticas, no segundo discurso, após o atentado que sofreu, ele não se preocupa em contemporizar os embates facciosos, muito pelo contrário, parte para o ataque direto contra a facção que planejou seu assassinato, inclusive nomeando possíveis responsáveis, como no caso do Frade Galdino, cuja figura foi pintada como cheia de vícios e entregue aos prazeres, participando das eleições do cacete e, por fim, ligado à tentativa de assassinato<sup>64</sup>.

O período de 1843-1844 foi de muita rotatividade dos presidentes na Parahyba do Norte. Foram sete alterações, contando presidentes e vices, das quais foram nomeados três presidentes diferentes. Alguns deles assumiram mais de uma vez. André de Albuquerque Maranhão Júnior, por exemplo, assumiu o cargo como vice-presidente duas vezes (em 1843 e 1844) ou como Joaquim Franco de Sá, que foi para Pernambuco e depois voltou para reassumir a Parahyba do Norte.

Mesmo com essa grande rotatividade, o discurso ainda era o de celebração das reformas. Mesmo reconhecendo ainda haver as “discórdias e animosidades produzidas pelas eleições” – o que provavelmente era impossível negar – o presidente Ricardo José Gomes Jardim atribui uma queda nos atentados contra a vida à lei de 3 de Dezembro de 1841, a Reforma do Código Civil, destacando o estabelecimento da Polícia Judiciária.<sup>65</sup> O ciclo conservador de 1841 até 1844 representou, portanto, a consolidação das reformas empreendidas a nível nacional e a sua efetivação a nível regional..

### 3.3. O Quinquênio Liberal (1844-1848)

<sup>63</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 110.

<sup>64</sup> Relatório que á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte apresentou na sessão ordinaria de 1842 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1842, p.10-11

<sup>65</sup> Discurso recitado pelo excellentissimo senhor Ricardo José Gomes Jardim, presidente da provincia da Parahyba do Norte, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de agosto de 1843. Pernambuco, Typ. de M.F. de F., 1843, p.7.

Em 1844 há uma nova alternância de Poder e os liberais o assumem no início de 1844 com a formação de um novo ministério. A rotatividade de presidentes acaba com a posse de Frederico Carneiro de Campos, em 18 de dezembro de 1844. E longo período à frente do cargo – até 1848 –, com uma discrepância tão grande em relação aos demais, nos permite observar por meio dos seus discursos – e nas suas entrelinhas – o que ele acredita ter atingido nesse tempo de administração, tempo que a grande maioria de seus colegas e antecessores não tiveram. Mas por que Frederico Carneiro de Campos passou tanto tempo à frente da administração da Província? É o que buscaremos responder com base no que pudemos colher de sua atuação como presidente da Parahyba do Norte.

Segundo sua primeira apresentação, a de 1845, pode-se ver que a alternância de poder não passou sem resistência, especialmente nas Câmaras Municipais, que “habitados a dirigir a seu prazer a opinião dos lugares disputarão por todos os meios ao seu alcance a realização de uma nova época, que calcularão ser-lhes contrária”<sup>66</sup>. Essa resistência está inserida no contexto de alternância dos conservadores, que estavam no poder, para os liberais. Assim, tentaram colocar obstáculos para marcar o lugar das novas eleições, já que seriam realizadas com um Gabinete contrário.

Naturalmente, deve realizar todo o reaparelhamento do governo com os novos membros de seu séquito político. Segundo consta no Relatório apresentado à Assembleia, em 1845, Carneiro de Campos fala de dificuldades em compor o pessoal. Natural da Bahia, ele primeiro tem que colher informações sobre os indivíduos para então fazer a escolha.

A maior dificuldade, Senhores, e dificuldade indescritível, que hei encontrado, é a da composição do pessoal para as Delegaturas, e Sub-Delegaturas. Estas autoridades que a lei revestio de amplas attribuições para a manutenção da ordem e paz dos lugares, não tem sempre, ou pela falta de individuos aptos, ou por imperfeitas informações, que á cerca de suas capacidades colhe o Administrador da Província, ou mesmo por falsos sentimentos de probidade, que anteriormente aparentão, sido bem nomeadas, e algumas vezes fora do alcance da acção superior, levadas por mão alheia, ou mesmo deslumbradas por interesses particulares, tem cometido, ou deixado á sua sombra cometer-se escandalos, contra a segurança pessoal, e de propriedade.<sup>67</sup>

Como vimos, os cargos de Delegados e Sub-delegados são importantíssimos para a autoridade central chegar às localidades. Carneiro de Campos aproveita para criticar o aparelhamento realizado pelo governo anterior, apontando os desmandos dessas autoridades,

<sup>66</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahiba do Norte pelo excellentissimo presidente, o tenente coronel Frederico Carneiro de Campos, em maio de 1845. Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1845, p.8

<sup>67</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahiba do Norte pelo excellentissimo presidente, o tenente coronel Frederico Carneiro de Campos, em maio de 1845. Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1845, p.5.

que praticam crimes e não são punidos pela justiça, já que são praticamente a própria justiça. A exoneração dos cargos do governo anterior, desses seres de “falsos sentimentos de probidade”, para Carneiro de Campos, “consola-me a idéia de haver affastado aquelles flagelos da Sociedade”.<sup>68</sup> Inclusive, no relatório do ano seguinte, já com os postos sendo ocupados por pessoas de indicação dele próprio, Carneiro de Campos alegra-se pela “feliz escolha no pessoal das Delegaturas e Sub-Delegaturas, ao seo extremado esforço e constante estudo no exercício e uzo de seos cargos se deve ter a Provincia, como nos dias de seos anos prosperos, tanto socego”<sup>69</sup>. Percebe-se que o indivíduo corrupto, improbo, flagelo da sociedade era o adversário, já a boa escolha e o bom exercício de suas funções são realizadas por pessoas suas. Não que suas escolhas sejam tão idôneas assim, pois anexado ao Relatório do Presidente de 1846 está um relatório enviado pelo Comandante da Polícia, Francisco do Rego Barros Falcão, ao falar das condições das prisões na província, dá também um depoimento que possa justificar possíveis excessos cometidas por essas autoridades.

Não existe na policia desta Provincia uma só autoridade, que seja reconhecida assassino. Se algum empregado ha abuzado de sua posição, tem sido logo repellido por V. Exa., que não consente que, em nome da Lei, se comettão abuzos, como tem sido testemunha o publico Parahibano: algumas faltas secundarias, sim, tem aparecido da parte destes empregados, como o não terem dirigido á Secretaria da policia as comunicações officiaes dos acontecimentos de seos districtos nos prazos marcados; mas eu as não tenho responsabilizado, porque me persuado que estas autoridades, conservado os seos districtos pacificos, quasi sempre com os seos esforços, sem receberem disso estipendio algum, e só tirando comprometimentos, e odiosidades, responsabilisal-os por essas faltas é exigir muito, e disso viria a acontecer, ou não encontrar eu quem quizesse encarregar-se destes lugares, ou então entregal-os a pessoas, que disso fizessem seo modo de vida, o que por todas as considerações devo evitar.<sup>70</sup>

Francisco do Rego Barros Falcão começa falando de alguns abusos são cometidos por algumas autoridades da polícia, mas que não tem como responsabilizar os praticantes devido a questões burocráticas. Em seguida passa o discurso condescendente no sentido de que apesar dos abusos eles conseguem manter suas localidades em “paz”, já que seria “exigir muito” não agirem assim diante de tantos comprometimentos e odiosidades. O fato de cobrar punições nesse caso faria com que ninguém quisesse o cargo, o que demonstra a instrumentalização do poder do cargo de autoridade policial, para poder cometer alguns “abusos” sem ser responsabilizados por eles.

---

<sup>68</sup> IDEM, *ibidem*, p. 5

<sup>69</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo presidente da mesma provincia, o tenente coronel, Frederico Carneiro de Campos, em maio de 1846. Pernambuco, Typ. Imparcial, 1846, p. 5

<sup>70</sup> IDEM, *Ibidem*, p. V-VI

O longo período em que Frederico Carneiro de Campos passou como Presidente da Parahyba do Norte fez com que ele pudesse realmente aparelhar o governo. No ato de passar a administração ao vice-presidente, João de Albuquerque Maranhão, em 16 de março de 1848, Carneiro de Campos diz:

Existem sete juizes municipais e três promotores públicos: todos quase foram por mim nomeados e confirmados posteriormente pelo Governo Imperial. As turmas dos suplentes destes juizes foram também por mim designadas em 1846 e estão funcionando.<sup>71</sup>

Portanto, pode-se atribuir a permanência de Frederico Carneiro de Campos por um tempo maior do que o normal para o cargo de presidente de província a uma bem sucedida articulação entre os objetivos do gabinete e a política provincial. No entanto, vale ressaltar que esse sucesso não se passava sem resistência ou conflitos de interesses, como o mostram os depoimentos de abusos de autoridade, ora fazendo com que o presidente atuasse para reprimir tais abusos, ora temporizando e condescendendo em relação a tais abusos. Assim, a grande quantidade de tempo de um presidente na província não significa consenso quanto a sua presença no cargo, mas sim que ele tem que realizar análises, tomar – ou não – medidas administrativas e rearticulações contínuas com as elites políticas e burocráticas que ele mesmo escolheu para atuar nas localidades em seu nome e no nome do Gabinete.

### **3.4. O domínio conservador (1848-1853)**

#### **3.4.1. A alternância de poder e os abusos de sempre**

Em 1848 os conservadores retomam o poder, mas dessa vez em meio a uma série de turbulências. Na exposição do vice-presidente para o novo presidente da Província, o bacharel João Antônio de Vasconcellos, já dava conta de movimentações inquietantes em Pernambuco, fazendo com que o vice-presidente tivesse encaminhado destacamentos da Guarda Nacional

---

<sup>71</sup> EXPOSIÇÃO 1848, p. 4

para a fronteira na Povoação Pedras de Fogo<sup>72</sup>. O caso de João Antônio de Vasconcellos é curioso pois ele tomou posse ainda com os liberais no poder, mas manteve-se no cargo mesmo com os conservadores, com a formação do Gabinete de 29 de setembro de 1848, chefiado pelo conservador Pedro de Araújo Lima. Diferente da Província de Pernambuco, por exemplo, que teve cinco presidentes nesses sete meses, João Antônio de Vasconcellos permaneceu no cargo. Celso Mariz (1994) explica que “subindo os conservadores em 1848, governava a Paraíba João Antônio de Vasconcelos, homem de fora, incolor, sem interesses no meio, contentando a nova situação”<sup>73</sup>. Nota-se a visão da historiografia tradicional representada por Celso Mariz que viu o presidente como, por ser homem de fora, doravante não teria interesses no meio.

Novamente, o caso de abuso de autoridades é mencionado no Relatório apresentado a Assembleia Legislativa em 1848 pelo presidente João Antônio de Vasconcellos. Como bacharel, ele menciona a falta de rigor no julgamento dos réus, e alega que isso decorre do fato de não ter provas ou

mesmo por proteção que encontram na condescendencia das Authoridades, ou no favor de pessoas poderosas e influentes do lugar, que em vez de exercerem seu poder só em actos de Caridade, pelo contrario o empregão perniciosamente a bem de hum vadio, e além disso réo de grave crime, que acoutão<sup>74</sup>.

Nota-se que a vigilância das autoridades locais em relação a aliança e desavenças entre grupos rivais era constante. O Presidente, que alega “fria imparcialidade de sua administração”, e ajudado pelo “digno” Chefe de Polícia, esforça-se por evitar essas falhas, instruindo as autoridades sobre as leis, já que acredita que cometem essas faltas por ignorância destas. Coloca-se, assim, acima da esfera política, tal qual o Imperador que não se envolve diretamente nas disputas. Faz discurso em nome da imparcialidade na atuação das autoridades pública, ao mesmo tempo em que sua posição o exige na nomeação de agentes políticos nas diversas localidades, com frequência atuando nas formas que ele condena na fala oficial diante da Assembleia.

---

<sup>72</sup> IDEM, *ibidem*, T-2, p.3-4.

<sup>73</sup> MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. 3ª ed. João Pessoa: A União, 1994, p. 149.

<sup>74</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 1o de agosto de 1848. Pernambuco, Typ. Imparcial, 1848, p. 7

No relatório de 1849<sup>75</sup>, João Antônio de Vasconcellos menciona algumas perturbações em Alagoa Nova, distrito de Campina Grande, e na Bahia da Traição, de Mamanguape, para as novas eleições de Câmaras e juizes de paz. O depoimento do presidente é sintomático para percebermos algumas estratégias dos grupos opositores que sabem que vão perder, mas que tentam tumultuar e/ou cancelar o resultado das eleições, bem como perceber como o presidente se coloca nessa disputa:

No primeiro districto interrompeo-se o acto, em consequencia de desavenças entre partidos; mas, tendo ordenado ao Delegado respectivo, pessoa estranha da Freguezia, que ali fosse ter, e accommodasse qualquer desordem, evitando violencias; conseguindo isto, concluiu-se o trabalho em paz. No segundo, a Mesa respectiva adiou a eleição, por ter na noite do terceiro dia de trabalho desaparecido o cofre, em que se guardava a urna com as sedulas, achando-se em seu lugar uma balla; sem duvida, algum momento de distracção da parte dos que guardavão o cofre proporcionou o attentado á quem por ventura se receiava do resultado da votação(...) O fato referido, e sua circumstancia, do qual mandei tomar conhecimento, revela a animosidade dos partidos, que em tempos de eleição se irritão a ponto de romperem em ameaças taes; (...) pois a decisão dependendo da sorte, que na urna estiver preparada pela votação recolhida, parece que toda a questão deve antes de tudo ser tratada por meios pacíficos; e a supremacia nacional, perante quem corre o pleito, que a decida livremente.<sup>76</sup>

Mais uma vez o presidente se coloca aqui acima dos embates eleitorais. Ao relatar os eventos ocorridos durante as eleições, no primeiro caso ele aponta a atuação de uma figura fundamental durante todo o processo eleitoral: o Delegado, ao qual o presidente garante que pelo fato de ser de fora da Freguezia, então ele não estaria tão envolvido nas disputas partidárias locais, quando, na verdade, o Delegado é um agente público nomeado por um dos partidos na disputa; já no segundo caso, ele reconhece a rivalidade intensa entre partidos, ao mesmo tempo em que apela para a aceitação do resultado, de modo que depende da sorte, do que estiver recolhido nas urnas. Portanto, segundo a visão que João Antônio de Vasconcellos transmitir, o resultado, seja ele qual for, não deve ser questionado, e, por conseguinte, deve ser aceito em nome da supremacia nacional.

### **3.4.2 A infidelidade das autoridades e a Revolta Praieira na Parahyba do Norte**

Para analisar a Revolta Praieira na Parahyba do Norte vamos nos ater a dois documentos produzidos pelos contemporâneos em lados opostos: o relato feito pelo presidente da província, João Antônio de Vasconcellos sobre os eventos que se precipitaram

<sup>75</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.o de agosto de 1849. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849.

<sup>76</sup> IDEM, *ibidem*, p. 3

pela Parahyba do Norte<sup>77</sup>, de um lado, e o Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba, publicado em 1851, por um dos líderes que receberam os revoltosos na província, Maximiano Lopes Machados<sup>78</sup>.

Em 1848 estourou na Província vizinha, Pernambuco, a última das grandes revoltas do Império, a Praieira. O epicentro dessa revolução foi à disputa pelo poder local, no que se refere às disputas por cargos. Dentro deste cenário de insatisfação, lutas começaram a ser travadas em Recife. O contingente revoltoso, composto pelas camadas sociais de modo geral não obtiveram êxito no Recife, sendo os mesmo vencidos pelas tropas do governo.

O estopim da Revolta Praieira em Pernambuco foi exatamente a alternância do poder: “A revolução rebentou em novembro de 1848, após a chegada em Recife do presidente Herculano Pena e de seus primeiros atos contra a montagem política dos liberais”.<sup>79</sup> Após a eclosão do conflito em Pernambuco e enquanto as lutas aproximavam-se cada vez mais da Parahyba, o presidente João Antônio de Vasconcellos mostra um quadro de medo na capital da província: “por muitas vezes esta Cidade ficou sobre saltada, e grandemente aterrada: as famílias abandonavam as casas procurando abrigos nos matos, e nas praias, tendo á sua disposição jangadas, em que fugissem, quando os anarquistas invadissem a Província”.<sup>80</sup>

Uma das medidas preventivas tomadas pelo presidente João Antônio de Vasconcellos foi o envio de Guardas Nacionais para as regiões fronteiriças, como Pedras de Fogo, Alhandra e também Goiana, na Província de Pernambuco. O uso dos oficiais da Guarda Nacional no combate aos revoltosos é um ponto sensível, dada as condições muitas vezes deplorável que se encontravam os batalhões da Guarda Nacional segundo depoimentos de vários presidentes de província. Essa situação é mencionada por Maximiano Lopes Machado ao falar desses destacamentos de oficiais paraibanos para combater os revoltosos em Pernambuco, esse “

mixto horrendo e inda assim contra disposições legislativas, servindo de risóta por onde quer que passava! Bem era para atestar a decadencia, e atraso da província para que incansavelmente trabalhou o Sr. Vasconcellos, quem visse esse grupo de homens mal armados, sem uniforme, sem disciplina, nem ordem; descalços e maltrapilhos, desertando uns, e conservando outros um semblante faminto de servir de – cofre de bagagem – as algibeiras de um

<sup>77</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.º de agosto de 1849. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849.

<sup>78</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba. 2º Ed. João Pessoa, 1983.

<sup>79</sup> MARIZ, Celso. Apanhados históricos da Paraíba. 3ª ed. João Pessoa: A União, 1994, p. 149.

<sup>80</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.º de agosto de 1849. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849, p. 6



Roldão, enormemente obeso, de barriga prominente, de cachaço roliço e avermelhado(...)<sup>81</sup>

Inclusive, a questão da deserção foi tratado também pelo próprio presidente no relatório para a Assembleia, como menciona o “Alferes Adelgicio Jesuino de Vasconcellos, que marchando para Goyana, de lá voltou preso por não querer se prestar a certo serviço, pelo que foi punido competentemente”<sup>82</sup>. Maximiano Lopes Machado também se refere a “continuadas diserções que proxima do campo de batalha fizera a guarda nacional da Parahyba”<sup>83</sup>, afirmando que somente em uma ocasião aconteceram 97 deserções.

Segundo consta no relatório, em 15 de dezembro os revoltosos invadiram a Parahyba por Pedras de Fogo. Em fevereiro de 1849, entre 300 e 400 (que tinham escapado do combate em Pau-Amarelo dias antes) ou mil e quinhentos (segundo o Juiz Municipal e Tenente Coronel do Pilar), tomaram destino desconhecido na Província. Maximiano Lopes Machado relata que por razões militares, as tropas inimigas podiam “ter socorros de Pernambuco em menos de 9 horas”, e topográficas, “cortada pelo sul, não podia passar mui livremente para o norte, em virtude da foz do rio parahyba que lhe embargava os passos”<sup>84</sup>, os revoltosos não tomaram caminho para a Capital da Província. Assim, a escolha das colunas liberais foi irem para a Cidade de Areia, no brejo paraibano.

Pelo relato do presidente da província, João Antônio de Vasconcellos, mostra o jogo duplo e infidelidades por partes de autoridades, tanto locais, como até mesmo por empregados nomeados pelo presidente. Dentre eles estava o Juiz Municipal e Delegado Bacharel Maximiano Lopes Machado:

Por prevenção, antes de saber do destino certo dos revoltosos, e logo que soube que ocupavam Itabayanna, tinha eu ordenado por um expresso ao Juiz Municipal e Delegado Bacharel Maximiano Lopes Machado daquela Cidade (Areia), que podendo acontecer, que os mesmos revoltosos seguissem do ponto em que estão para Arêa, elle tratasse desde logo de reunir gente da Guarda Nacional, e se oppozesse com todas as forças á sua entrada, para que de nenhuma maneira encontrassem ali apoio, certo de que seria responsavel por qualquer omissão.<sup>85</sup>

<sup>81</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. Quadro da Revolta Praieira na Provincia da Parahyba. 2º Ed. João Pessoa, 1983, p. 45.

<sup>82</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.o de agosto de 1849. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849, p.5

<sup>83</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. Quadro da Revolta Praieira na Provincia da Parahyba. 2º Ed. João Pessoa, 1983, p. 46.

<sup>84</sup> IDEM, ibidem, p. 70.

<sup>85</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.o de agosto de 1849. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849, p. 7-8

Liberal fervoroso, Juiz Municipal, Delegado, Maximiano Lopes Machado estava também como deputado provincial, nas legislaturas de 1846-1847 e 1848-1849. Percebe-se, assim, que Lopes Machado estava embutido nas disputas entre liberais e conservadores; como liberal, estava presente no aparelhamento de governo criado pelo Gabinete Liberal. Inclusive, no seu livro *Quadro da Revolta Praieira na Provincia da Parahyba*, Maximiano Lopes Machado afirma que inclusive, como delegado de Areia, foi ter com o presidente e pedir sua demissão da polícia, a qual foi negada, tendo Machado respondido “de delegado nada mais me resta que o nome, isto o asseguro, sejam quaes forem as consequências deste facto”<sup>86</sup>. Machado ainda tece críticas duríssimas contra o presidente João Antônio Vasconcellos,

Sem nome conhecido, pois em tal nunca ninguém falou nem em razão de familia, nem adquirido por virtudes domesticas, ou fé política; simulado por inclinação; irresoluto por calculo; temeroso por genio; e logo depois, perseguidor por preceito; violento por desatino; arbitrario por capricho; e criminoso por instincto; eis aqui o homem com quem se occupou o decreto de 20 de março de 1848, e quem a força das circunstancias impeliu para uma provincia, ainda que pequena, intelligente, laboriosa e honesta!<sup>87</sup>.

Outro ponto de críticas que Machado lança contra o presidente João Antônio de Vasconcellos é exatamente a sua falta de comprometimento político, ou “fé política”, já que serviu aos dois gabinetes, o liberal e o conservador, ou seja, “servir vilmente a todos os partidos, porque, ele que não se movia por um principio de justiça, nem tam pouco por um intima convicção da verdade, tornava-se accessível por um particular interesse”<sup>88</sup>.

Além disso, Maximiano Lopes Machado ainda narra quando o presidente saiu às ruas apresentando-se acompanhado por dois africanos boçais, “semelhando-se a um desses traficantes ousados”, fazendo questão ainda de não ocultar seu crime, “cahindo até no feio riduculo de mandar por eles ganhar os vitens pelas ruas da capital”<sup>89</sup>. Como o tráfico havia sido proibido pela lei de 1831, andar com africanos boçais pelas ruas era desfilarem impunemente com seu crime. Percebe-se que a procrastinação na demissão de uma autoridade nitidamente infiel para com o gabinete fez com que os rebeldes fossem recebidos de braços abertos pelo delegado. Fato é que como era de se esperar, Maximiano Lopes Machado, junto com Joaquim dos Santos Leal, não obedeceu as ordens de João Antônio Vasconcellos e recebeu com entusiasmo cerca de 700 rebeldes correligionários.

O confronto entre os revolucionários e as forças do governo aconteceu em 21 de fevereiro e terminou com a derrota dos rebeldes, havendo 75 baixas nos dois lados, entre

---

<sup>86</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. *Quadro da Revolta Praieira na Provincia da Parahyba*. 2º Ed. João Pessoa, 1983, p. 71.

<sup>87</sup> IDEM, *ibidem*, p. 34.

<sup>88</sup> IDEM, *ibidem*, p. 46.

<sup>89</sup> IDEM, *ibidem*, p. 37.

mortos e feridos. Com a derrota, as forças rebeldes se dispersam pelo interior. No relatório do presidente da província, João Antônio Vasconcellos consta que a essas autoridades que “a quem a confiança do Governo impunha o reconhecimento, e fidelidade como um dever sagrado”<sup>90</sup>, o presidente suspendeu o juiz e os oficiais da Guarda Nacional. Para os que conseguiram fugir, João Antônio de Vasconcelos deixa uma ordem para que estes fossem perseguidos e capturados.

Também em Bananeiras houve turbulência em 4 de fevereiro, mostrando que casos assim de agitação podem facilitar a inversão da hierarquia social. Uma sedição contra o juiz municipal e Delegado. Um excesso cometido pelo juiz foi o suficiente para se levantarem várias pessoas, “parte delas armadas, proferindo palavras sediciosas contra o juiz, e a ordem pública”. Um dos principais agitadores tratava-se do escrivão do próprio juiz, José Lopes Pessoa da Silva, “que voltava-lhe inimizado”<sup>91</sup>. O julgamento dessa sedição em Bananeiras termina com os réus absolvidos, o que causa estranhamento a João Antônio de Vasconcelos, já que os delitos estavam claros, “porque passando por exacto o delicto, e por culpados os réos pronunciados como seus autores, sendo absolvidos, ou tudo foi ilusão, ou alias o Tribunal foi condescendente, e absolveu os réos de crime provado”.<sup>92</sup>

Nota-se, portanto, que as alternâncias de poder e o reaparelhamento de estado são muitas vezes experiências sensíveis e podem ser consideradas como uma fagulha para agitações. Tendo, enfim, controlado as sublevações que contestavam seu domínio, o partido conservador assegura seu caminho para um longo período no poder, no qual os saquaremas irão finalizar a série de reformas legislativas. No entanto, mesmo com amplo domínio nas casas legislativas, foi um período marcado também por ameaças à tranquilidade pública, como veremos a seguir.

### **3.4.3. Mais centralização e algumas reações**

Mesmo tendo enfrentado a Revolta Praieira e recebendo críticas ferrenhas dos liberais como vimos acima com o caso de Maximiano Lopes Machado, o presidente João Antônio de

---

<sup>90</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da província, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.º de agosto de 1849. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849, p. 8

<sup>91</sup> IDEM, *ibidem*, p. 10

<sup>92</sup> EXPOSIÇÃO 1850, p. 5.

Vasconcelos ficou no cargo até 1850, quando José Vicente de Amorim Bezerra assumiu a primeira vez o cargo como o de presidente. A troca de presidentes nesse período foi bastante intensa, tendo nesses três anos tomado posse oito, dentre presidentes e vice-presidentes.

Na exposição à Assembleia em que passa o cargo ao seu sucesso, João Antônio Vasconcelos comenta sobre alguns casos de perturbação da ordem nas eleições de agosto de 1849:

Somente em Cabaceiras hum tumulto houve poucas horas antes da eleição primaria, mas as Autoridades providenciaram, e a eleição terminou em paz e regularmente. (...) Na Villa de Pombal houve antes da primeira eleição huma resistência praticada por Antônio Rodrigues dos Santos, e Agostinho Rodrigues dos Santos, cuja casa foi cercada, e elles fizeram fogo de dentro, evadindo-se no conflicto. Outra houve em Piancó praticada por Saturnino Rodrigues dos Santos, tio d'aquelles primeiros, a dous de Agosto, por occasião de dar o Delegado respectivo busca em sua casa, onde constara haver armamento e munição com o fim, que era conhecido, de perturbar a ordem pública.<sup>93</sup>

Nota-se, portanto, que mesmo com o predomínio absoluto dos conservadores no cenário político, as elites locais não baixavam a guarda nas eleições e era sempre ocasiões para conflitos, indo às vias de fato, como no caso de Pombal. Podemos observar também, no caso narrado acima pelo presidente João Antônio de Vasconcelos, a atuação em conjunto da família Rodrigues dos Santos, os sobrinhos em Pombal e o tio em Piancó, organizando resistência armada com o intuito de agir no processo eleitoral.

Ainda em 1850, o novo presidente Coronel Vicente de Amorim Bezerra, pela primeira vez assumindo um cargo como esse, enfrentou logo no início de sua administração um conflito no interior da província, em Independência, onde um grupo liderado por Bento José Ferreira Ponteiro e Antônio Joaquim Xavier Borges seguiam para atacar o engenho de Chrisanto Dario de Almeida Nobre. O presidente mobilizou articulou as forças de praças, junto com os Comandantes da Cidade D'Arêa e de Bananeiras para cercar o grupo, que fugiu por uma região tida como intransitável em direção a Ingá, atacando a casa do delegado da Villa, assassinando duas pessoas. Foram alcançados pelas colunas antes de se lançarem à Barra de Natuba<sup>94</sup>. Em seguida, o relato de Amorim Bezerra fala da prisão de Antônio Joaquim Xavier Borges, um dos líderes do grupo, “o qual fez importantes revelações no interrogatorio a que se procedeu, declarando se hum dos chefes do grupo, e que tinha por fim revolucionar a Provincia em apoio a rebeldia em Pernambuco”<sup>95</sup>.

<sup>93</sup> IDEM, *ibidem*., p. 3.

<sup>94</sup> EXPOSIÇÃO 1850, p. 4-5.

<sup>95</sup> IDEM, *ibidem*, p. 5

Portanto, pela narrativa podemos observar conflitos de outra natureza, para além dos confinamentos de uma cidade ou villa, com uma rixa entre um grupo adversário do outro, mas agora mobilizando mais pessoas (para reprimir este episódio o Coronel Ismael Cruz Gouvêa reuniu duzentas praças) e deslocando-se por vários pontos da província, inspirados na Revolta Praieira. Os relatórios e exposições de 1850 mostram que mesmo finda a Praieira, focos de conflito continuaram existindo no interior do território, não havendo a completa desmobilização dos revoltosos. Uma dessas vilas, a Barra de Natuba tornou-se uma dor de cabeça para o presidente Jose Vicente de Amorim Bezerra, deixando-se sem saber direito o que fazer para retomar a tranquilidade pública àquela localidade. Tendo auxiliado os revoltosos de Pernambuco, o presidente mandou instaurar processos contra os implicados. Além disso, como aponta Amorim Bezerra:

Aproveito a ocasião de dizer-vos que tem sido aquelle lugar hum foco de intrigas particulares, as quaes teem produzido funestas consequencias,, e muito me tenho ocupado em descobrir meios de neutralisa-las. Creio ter em parte conseguido o meu fim com o processo ali instaurado, e supressão da subdelegacia da Barra; com tudo talvez o tempo mostre a necessidade de mais algumas medidas para consolidar n'aquelle lugar a tranquilidade, que ora parece gosar.<sup>96</sup>

Em meio à indecisão, José Vicente Amorim Bezerra chegou a fechar uma subdelegacia que, como vimos, se constitui numa instituição fundamental para o estabelecimento da ordem e controle social nas localidades, bem como a nomeação de subdelegados vinculados aos interesses do grupo político. O fechamento da subdelegacia depõe que a presidência não estava conseguindo achar meios de estabelecer a ordem. José Vicente de Amorim foi substituído por Agostinho da Silva Neves, que tomou posse em 30 de setembro de 1850.

#### **3.4.4. O Ronco das Abelhas e outras perturbações à ordem**

Em meio a mais medidas centralizadoras tomadas no início da década de 1850, uma delas foi especialmente sensível para as camadas populares, sobretudo negros livres, pardos e pobres, os decretos determinando o censo, o registro de nascimentos e óbitos. Conhecido como Ronco das Abelhas, ao que Sidney Chalhoub (2012) chamou de “O Grande Medo de 1852”, o Ronco das Abelhas foi um dos maiores conflitos populares da Parahyba do Norte. Aconteceu como uma sequência de atos turbulentos em diversas províncias do Império, que

---

<sup>96</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850, p. 5.

segundo o presidente à época Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, “altamente depõem contra a civilização”<sup>97</sup>, e que se seguiram à aprovação de decretos que determinava o censo, obrigava registro de nascimentos e óbitos, em janeiro de 1852. O presidente tentou justificar os atos como políticos com insinuações exageradas de uma disputa entre conservadores e liberais, mostrou uma população, “gente do mato, ignorante e manipulável” que se uniu em resistência a algo que a experiência compartilhada entre eles assimilou como receio de “cativeiro dos homens de cor”. As pessoas “desrespeitando as Autoridades, reunido em grupos mais ou menos numerosos, commettia desacatos contra a lei e contra as Autoridades”<sup>98</sup>.

Segundo José Octávio de Arruda Mello:

Na Paraíba, essa resistência assumiu a forma de tumultos em que roceiros, armados de pedras, bacamartes e clavinotes, invadiram vilas e cidades como Ingá, Campina Grande, Alagoa Nova, Guarabira, Areia e Fagundes, dirigindo-se, preferencialmente, aos cartórios. Estes, de acordo com a nova legislação, responsabilizavam-se por registros e óbitos, a cargo, anteriormente, da Igreja. (...). O movimento que sobreveio, partindo de Pernambuco, espalhou-se pela região agrestina e ganhou a denominação de Ronco da Abelha<sup>99</sup>.

A obrigação dos registros de nascimento e certificados de óbito serem emitidos pelo Império eram mais um reflexo do processo de centralização política do Império. Essas localidades foram abaladas pelo “povo desrespeitando as Autoridades, reunido em grupos mais ou menos numerosos, cometia desacatos contra a lei e contra as Autoridades”<sup>100</sup>. Segundo o Relatório de Sá e Albuquerque de maio de 1852, em Ingá, a casa do Delegado e de “outros distintos cidadãos amigos do Governo”<sup>101</sup> foram invadidas; na segunda Comarca algumas vilas também foram abaladas; apenas a terceira Comarca deu “um exemplo louvável de moderação e respeito às leis do país”.

Mas por que essas pessoas não aceitaram a regulamentação de nascimentos e óbitos? O presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque chega à conclusão de que o movimento “não foi resultado de um plano político anteriormente concebido e meditado, e calculadamente executado”, e que a origem está tanto no preconceito do espírito do povo

<sup>97</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 3 de maio de 1852. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1852, p. 3.

<sup>98</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 3.

<sup>99</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistências*. 7ª Ed. João Pessoa: A União, 2002, p. 120.

<sup>100</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 3 de maio de 1852. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1852, p. 3.

<sup>101</sup> IDEM, *ibidem*, p. 4.

somado a grupos opositores que aproveitaram os movimentos para “conservar o povo nesse erro e preconceito”, enquanto folgavam no “remanso de seus gabinetes e no seio de suas famílias e amigos” do embaraço do governo diante da situação<sup>102</sup>.

Já José Octávio de Arruda Mello (2002), afirma que o movimento foi uma resistência intuitiva das massas populares à intenção de registro de nascimento e óbitos pelos cartórios e não mais pelas paróquias, embutindo o receio de ser um pretexto para serem levados como escravos<sup>103</sup>.

Sidney Chalhoub (2012), por sua vez, aponta a origem dessa intuição ao relacionar o senso comum da população pobre com o perigo iminente de serem escravizados, criando uma sensação de fluidez muito grande no estado de “livre”, dando vazão à ideia de pretexto para irem para o cativo, originada na “precária a experiência de liberdade de negros livres e pobres no Brasil oitocentista e as lógicas sociais e políticas de produção duma espécie de interdito à própria representação dessa situação”<sup>104</sup>.

Esse sentimento compartilhado entre negros livres, pardos e pobres, encontrava razão nas práticas de combate a supostos “pretos fugidos”, que eram recolhidos no Calabouço e, se não provassem de alguma forma que eram livres, seriam levados a leilão para serem arrematados por outro proprietário. Era como experimentavam a liberdade, uma coisa frágil, que a qualquer momento poderia ser revogada. Era o “pressuposto queiroziano”<sup>105</sup>, da época em que Euzébio de Queiroz era chefe de política da Corte, que se criava no seio da administração pública o “costume considerar todo preto – o africano em particular, mas não só ele – um escravo até prova em contrário”<sup>106</sup>. Os decretos baixados pelo Governo Central, portanto, na visão desses negros livres, pardos e pobres, usufruindo de sua precária liberdade, em constante tensão frente à possibilidade de escravização ilegal, soou o alarme que logo se espalhou – não por ação partidária – para os mais diversos pontos, nos quais provavelmente a única coisa em comum entre eles era a precarização da liberdade. Inclusive, a própria escravidão pós 1831 já era exemplo de escravização ilegal já existente.

Em carta do sub-delegado suplente de Taipu, Feles de Mello Azevedo, para o Delegado do Termo da Vila do Pilar, Coronel Ismael da Chrus Gouveia de 1851, informa que um quilombo localizado nas matas dos Engenhos Santo Antônio e Espírito Santo, “cujos escravos

---

<sup>102</sup> IDEM, *ibidem*, p. 5.

<sup>103</sup> MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistências*. 7ª Ed. João Pessoa: A União, 2002, p. 121.

<sup>104</sup> CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 15.

<sup>105</sup> IDEM, *ibidem*, p. 107.

<sup>106</sup> IDEM, *ibidem*, p. 104.

estavam cometendo furtos, roubos, incêndios em casas e atacando os próprios donos”, foi dissolvido pela patrulha, entrando em combate com 3 quilombolas, dos quais dois fugiram e apenas um deles, chamado Bento, que resistiu à prisão “armando-se contra os da patrulha, um clavinote que trazia carregado com munição”, e acabou morto.

Na sua exposição, em 1851, Frederico Almeida e Albuquerque, no ato de passar a posse, já se queixava de que “as continuadas desordens, e comoções políticas”<sup>107</sup> perturbam a ordem e a tranquilidade da segurança individual e de propriedade, mas que ainda assim os criminosos, além de dispersos por um extenso território, recebem ajuda da população, “já guiados por falsas ideias de piedade, dando asilo, proteção, e guarida”<sup>108</sup>.

A tranquilidade pública e a segurança individual estava constantemente sendo testada também pelas disputas político-partidárias a nível local, como a mencionada inimizade “em grão mui subido e exagerado”<sup>109</sup> entre o Coronel Estevão Cavalcanti d’Albuquerque, que levou um tiro em Cruz das Almas, próximo da divisa entre as províncias da Paraíba e Pernambuco, e o Tenente Coronel Manoel Florentino Carneiro da Cunha, “ambos proprietários abastados”. O episódio poderia “alterar o sossego e a tranquilidade dos habitantes daquele Termo”. No mesmo relatório de 1851, apresentado pelo novo presidente empossado Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, por sua vez, aponta o “deplorável costume” de andar armado da população, o que enseja casos em que “intrigas e ódios se decidam pelas armas”<sup>110</sup>. É o caso que ele se refere também na Povoação da Barra de Natuba, justificando a recriação da Subdelegacia, já que a os mais ricos e abastados são “inimigos escarneçados uns dos outros”, resultando as intrigas e inimizades em atentados cometidos ali. Além disso, a Administração ficava a cargo de “fracos e timoratos, ou aos influentes e intrigantes, que a aceitariam, não para escudarem a Lei, mas para, d’est’arte armados, satisfazerem vinganças particulares em nome da Lei”<sup>111</sup>. Volta-se, portanto, aos conflitos na Barra de Natuba, que fizeram o ex-presidente José Vicente de Amorim Bezerra suprimir a subdelegacia anteriormente, mas que agora ela é recriada.

Nota-se, portanto, que no projeto civilizatório, no qual a Ordem e a Tranquilidade pública são elevados a princípios inabaláveis, o medo de um levante de escravos é conhecido por todos e a preocupação com a segurança, a ordem, o sossego e a paz presente nas correspondências entre Presidentes de Províncias sugere uma preocupação tácita de tumultos

---

<sup>107</sup>EXPOSICAO 1851, p. 3.

<sup>108</sup> IDEM, *ibidem*, p. 4.

<sup>109</sup> IDEM, *ibidem*, p. 5.

<sup>110</sup> IDEM, *ibidem*, p. 3.

<sup>111</sup> IDEM, *ibidem*, p. 4.



de populares pobres e mesmo tensões intra-elites, capazes de abalar a tranquilidade pública. Esta questão da “tranquilidade” pública, inclusive, era algo mais amplo, e a centralização da Guarda Nacional era uma estratégia utilizada com o intuito de contribuir nesta direção, da mesma forma que a troca de comandos no interior.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o período estudado, de 1840 até 1853, pode ser considerado como de redefinições e definições de políticas e instituições fundamentais para todo o sistema político do Império. O atendimento da reivindicação dos liberais no sentido de descentralização, após a abdicação de D. Pedro I, provocou resultados ambíguos, pois junto à tão sonhada descentralização sobreveio uma agitação social nunca antes vista na história do Império, ameaçando todo o sistema político e social legitimado por uma sociedade grandemente hierarquizada. Dessa forma, como vimos, ganhou força o projeto de centralização defendido pelos conservadores, que no início da década de 1840 realizaram reformas na legislação aprovada pelos liberais durante o Período Regencial. Mesmo quando os liberais retornaram ao poder, eles não mexeram nestas reformas, que inegavelmente fortalecia o poder central no sentido de controle social e poder político.

Como província periférica, vimos como a Parahyba do Norte, a partir da análise do cargo de presidente provincial, colocou-se nesse contexto. Foi possível perceber a atuação desses presidentes no contexto de alternância de poder entre liberais e conservadores. Tendo em vista a ampla circulação geográfica do cargo, com 23 posses de presidentes entre 1840 e 1853, e que grande parte desses vinham de fora da província, a atuação do presidente passava por vir a conhecer os membros das elites locais e regionais, articular-se entre eles e obter os dividendos necessários para a vitória de seu partido nas eleições seguintes. Portanto, em termos políticos, esse poder centralizador moldou e reforçou ainda mais a prática de treinamento e circulação, especialmente no que se refere aos cargos de Presidentes de Província, que serviam a interesses para um projeto de poder partidário e particular

Vimos que cada alternância vinha acompanhada de um reaparelhamento estatal completo, expurgando os inimigos do partido contrário da burocracia provincial e nomeando membros do seu próprio séquito político. Foi comum ver também como os presidentes tentavam colocar-se nos relatórios e exposições como indivíduos posicionados acima da arena política, o que muitas vezes era desmentido pelas entrelinhas de seus discursos, como criticar uma autoridade adversária por abusos enquanto silencia e contemporiza quando os abusos são cometidos por autoridades nomeadas por ele próprio. Percebemos, por meio das exposições e relatórios dos presidentes de província analisados, que esse reaparelhamento era sempre uma fagulha para conflitos e resistências locais em relação ao grupo que estava perdendo seus cargos.

Por fim, cabe salientar que a preocupação com a manutenção da ordem pública foi uma constante, tanto entre liberais e conservadores. No âmbito social, a centralização sofreu reação de camadas populares na tentativa de tomar pra si a responsabilidade por certidões de nascimento e óbitos, como no Ronco das Abelhas, bem como a intermitente preocupação de levar a ordem e tranquilidade pública a todos os rincões da Província, tarefa hercúlea para uma população dispersa e muitas vezes longe das instituições repressoras do governo.

## 5. REFERÊNCIAS

### 5.1 FONTES

Provincial Presidential Reports (1830-1930): Paraíba. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em: 21 de mai. de 2017.

Falla com que o exm. presidente da provincia da Parahiba do Norte, Francisco Xavier Monteiro da Franca, installou a segunda sessão da terceira legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1.o de outubro de 1840. Pernambuco, Typ. Imparcial de L.I.R. Roma, 1841. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/567/> Acesso em: 12/10/2017.

Falla com que o exm. presidente da provincia da Parahiba do Norte, o doutor Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, abriu a segunda sessão da terceira legislatura da Assembléa Provincial no anno de 1841. Pernambuco, Typ. Imparcial de L.I.R. Roma, 1841. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/568/> Acesso em: 12/10/2017.

Relatorio que á Assembléa Legislativa da Parahiba do Norte apresentou na sessão ordinaria de 1842 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1842. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/569/> Acesso em: 12/10/2017.

Discurso recitado pelo excellentissimo senhor Ricardo José Gomes Jardim, presidente da provincia da Parahyba do Norte, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de agosto de 1843. Pernambuco, Typ. de M.F. de F., 1843. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/570/> Acesso em: 13/10/2017.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahiba do Norte pelo excellentissimo presidente, o tenente coronel Frederico Carneiro de Campos, em maio de 1845. Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1845. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/572/> Acesso em: 12/10/2017.

Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo presidente da mesma provincia, o tenente coronel, Frederico Carneiro de Campos, em maio de

1846. Pernambuco, Typ. Imparcial, 1846. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/573/> Acesso em: 14/10/2017.

EXPOSIÇÃO 1848. Exposição feita pelo Tenente-Coronel de Engenheiros Frederico Carneiro de Campos, na qualidade de Presidente da Provincia da Parahyba do Norte ao Exm. Vice-Presidente della, no acto de passar-lhe a administração da Provincia em 16 de março de 1838. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u484/> Acesso em: 15/10/2017.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 1o de agosto de 1848. Pernambuco, Typ. Imparcial, 1848. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/575/> Acesso em: 13/10/2017.

Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.o de agosto de 1849. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/576/> Acesso em: 15/10/2017.

EXPOSIÇÃO 1850. Exposição feita pelo Exm. Sr. Dr. João Antônio de Vasconcellos, presidente da Provincia da Parahyba do Norte ao Exm. Presidente della Sr. Coronel José Vicente de Amorim Bezerra, no acto de passar-lhe a administração da mesma Provincia em 23 de janeiro de 1850. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u485/> Acesso em: 18/10/2017.

EXPOSIÇÃO 1850. Relatorio Apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte Pelo Excellentissimo Presidente da Provincia O Coronel José Vicente de Amorim Bezerra na abertura da sessão extraordinária em 24 de fevereiro de 1850. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u486/> Acesso em: 18/10/2017.

Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/577/> Acesso em: 18/10/2017.

EXPOSICAO 1851. Exposição feita pelo Commendador Frederico de Almeida e Albuquerque na qualidade de primeiro vice-presidente da Provincia da Parahyba no acto de passar a Administração da Provincia ao segundo vice-presidente o Exm<sup>o</sup> SNR. Coronel Francisco Antônio D'Almeida e Albuquerque em 8 de maio de 1851. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u488/> Acesso em: 18/10/2017.

Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 3 de maio de 1852. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/579/> Acesso em: 18/10/2017.

## 5.2 Bibliografia

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: Grinberg, Keila; Salles, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial (1831-1870)**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.53-119. 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de Sombras**: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MACHADO, Maximiano Lopes. **Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba**. 2ª ed. João Pessoa: UFPb / FURNe, 1983.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro (org.); ROCHA, Solange P. (org.). **Sociedade e cultura no Brasil oitocentista**: trajetórias de pesquisa. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Cultura Política e relações de poder na Paraíba**: o atentado contra o presidente de província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. Anais do II Encontro de História do império Brasileiro, PPGH/PPGE/UFB: João Pessoa, 2010, p.56

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 3ª ed. João Pessoa: A União, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistências. 7ª Ed. João Pessoa: A União, 2002.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de Oliveira. **O Ronco da Abelha**: resistência popular e conflito na consolidação do Estado nacional, 1851-1852. Almanack Braziliense , São Paulo, n. 1, p. 120-127, maio 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.